

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

SAMUEL SASSO

**OPERAÇÃO CARNE FRACA: O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO SOB A ÓTICA DE MILTON FRIEDMAN E ROGER SCRUTON**

CRICIÚMA

2017

SAMUEL SASSO

**OPERAÇÃO CARNE FRACA: O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO SOB A ÓTICA DE MILTON FRIEDMAN E ROGER SCRUTON**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientadora: Prof^a. PhD. Natália Martins
Gonçalves

CRICIÚMA

2017

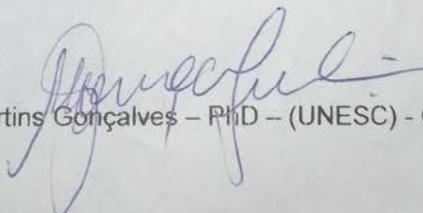
SAMUEL SASSO

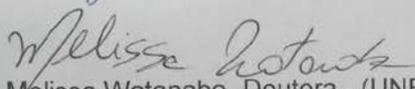
**OPERAÇÃO CARNE FRACA: O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO SOB A ÓTICA DE MILTON FRIEDMAN E ROGER SCRUTON**

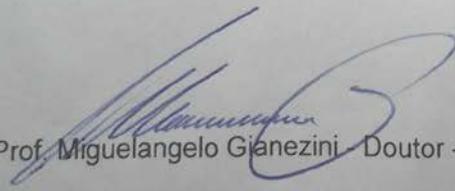
Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Criciúma, 27 de Novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Natália Martins Gonçalves – PhD – (UNESC) - Orientador


Prof. Melissa Watanabe -Doutora - (UNESC)


Prof. Miguelangelo Gianezini - Doutor - (UNESC)

DEDICATÓRIA

Dedico especialmente aos meus pais e a meu falecido “*nonno*”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que ao longo da vida tem me proporcionado tantas vitórias. Obrigado por mais esta conquista!

Agradeço a minha família, em especial ao meu saudoso *nonno* Virgílio De Villa Sasso, ao meu pai Antônio Bortot Sasso, a minha mãe Evanir Boteon Büttner Sasso e a minha irmã Denise. Familiares que me ensinaram os valores da honestidade, responsabilidade e gratidão. Agradecer a família é de suma importância, pois faço minhas as palavras de Chesterton "A família é a fábrica que produz a humanidade".

Meus especiais agradecimentos as minhas amigas Sarah, Rafaela e Jéssica por estarem solícitas as minhas dúvidas. Ao meu colega Willian e aos meus amigos dos quais não poderia esquecer, uma vez que me ajudaram de certa forma na realização do presente estudo: Gean, Leandro, Nicolas, Valério, Ana Luiza, Mariana, Morgana e Raquel.

Agradeço ao escritor, tradutor e grande responsável pelas publicações da obra de Scruton no Brasil, Bruno Garschagen. Que prontamente atendeu ao meu convite para uma entrevista, devido ao pouco tempo a mesma não pode ocorrer, deixo aqui registrado o meu pedido de desculpa.

Agradeço muito a minha orientadora Natália Martins Gonçalves, por me indicar os caminhos e por demonstrar durante todo o período de orientações um exemplo do que é a união da verdadeira sabedoria, ética e humildade.

“Um mercado pode fazer a alocação racional dos bens e serviços somente onde há confiança entre os integrantes, e a confiança só existe onde as pessoas assumem a responsabilidade por seus atos e se tornam responsáveis por aqueles com quem negociam. Em outras palavras, a ordem econômica depende de uma ordem moral.”

Roger Scruton

RESUMO

SASSO, Samuel. **Operação carne fraca: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob a ótica de Milton Friedman e Roger Scruton.** 2017. 92 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

No dia 17 de março de 2017 a Polícia Federal brasileira realizou a maior operação da sua história, a qual 32 fiscais sanitários do Serviço de Inspeção Federal beneficiavam-se de um esquema de venda de carne imprópria para o consumo humano. O objetivo desse estudo foi encontrar crises brasileiras com características semelhantes no século XX, apresentar a ótica do Nobel em economia Milton Friedman acerca das medidas e declarações do MAPA e do ministro Blairo Maggi para reverter a situação e mostrar a ótica do intelectual britânico conservador Roger Scruton sobre a crise ética e moral nessa instituição de fiscalização sanitária. Para atingir os objetivos propostos a metodologia da pesquisa enquadrou-se quanto aos fins como descritiva e quanto aos meios como pesquisa bibliográfica e documental. A análise dos dados foi qualitativa. Foram encontradas na pesquisa uma crise com características semelhantes e outra parcialmente semelhantes. Friedman concordaria com muitas das medidas do MAPA como as de não criar medidas protecionistas provisórias, mas discordaria das diversas declarações onde o ministério reconhecia erros nas fiscalizações e em contrapartida não tomava nenhuma atitude concreta de afirmação do Estado como forte árbitro e legislador para apresentar ao mercado o que este ansiava. Na ótica de Scruton, faltaram aos envolvidos o reconhecimento da autoridade do Estado, das tradições e do sentimento de pertencer a uma ordem social existente que beneficia a atual geração, assim como beneficiou a geração passada e beneficiará a futura. Recomendou-se aos órgãos do Estado, buscarem respostas no passado para vencerem crises.

Palavras-chave: Escola de Chicago. Conservadorismo. Crises na Agricultura. MAPA. S.I.F.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| ABIEC | Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes |
| ABPA | Associação Brasileira de Proteína Animal |
| ANFFA | Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuário |
| ANTEFFA | Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária |
| CAS | Conselho Agropecuário do Sul |
| CEPLAC | Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira |
| CIF | <i>Cost, Insurance and Freight</i> |
| CTV | <i>Citros Tristeza Vírus</i> |
| EBC | Empresa Brasil de Comunicação |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FFA | Fiscais Federais Agropecuários |
| FIESC | Federação das Indústrias Do Estado De Santa Catarina |
| FOB | <i>Free on Board</i> |
| GATT | Acordo Geral de Tarifas e Comércio |
| IAC | Instituto Agrônômico de Campinas |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MDIC | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| PF | Polícia Federal |
| S.I.F. | Serviço de Inspeção Federal |
| SNA | Sociedade Nacional de Agricultura |
| EU | União Europeia |
| UNESC | Universidade do Extremo Sul Catarinense |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA | 12 |
| 1.2 OBJETIVOS | 13 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 13 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 13 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 13 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 16 |
| 2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL..... | 16 |
| 2.1.2 Protecionismo | 17 |
| 2.1.3 Medidas sanitárias e fitossanitárias | 18 |
| 2.2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL..... | 19 |
| 2.2.1 Mercantilismo | 19 |
| 2.2.2 Teorias clássicas | 20 |
| 2.2.3 Keynes e a Social Democracia | 22 |
| 2.2.4 Friedman e a Escola de Chicago | 24 |
| 2.3 CONSERVADORISMO | 26 |
| 2.3.1 Roger Scruton | 28 |
| 2.3.2 Moral e ética | 30 |
| 2.4 COMÉRCIO EXTERIOR E O AGRIBUSINESS | 31 |
| 2.4.1 Agribusiness e agronegócio brasileiro | 32 |
| 2.4.2 Exportação e mercado de alimentos | 34 |
| 2.4.3 Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 35 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 36 |
| 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA..... | 36 |
| 3.1.1 Tipo de pesquisa quanto ao fim | 36 |
| 3.1.2 Meios de investigação | 37 |
| 3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA..... | 38 |
| 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS | 38 |
| 3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS..... | 39 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA | 41 |
| 4.1 CRISES NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO SÉCULO XX..... | 41 |
| 4.1.1 Crises com características semelhantes | 41 |

| | |
|---|-----------|
| 4.1.2 Crises com características parcialmente semelhantes | 43 |
| 4.1.3 Crises sem características semelhantes..... | 44 |
| 4.2 A CRISE PÓS OPERAÇÃO CARNE FRACA, O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A EXPERIÊNCIA DE MILTON FRIEDMAN COM O FOOD AND DRUG ADMINISTRATION | 48 |
| 4.2.1 Histórico da deflagração da crise | 48 |
| 4.2.2 Milton Friedman e a experiência com órgãos reguladores e de vigilância sanitária do Estado em seu país natal (EUA)..... | 49 |
| 4.3 ANÁLISE DAS AÇÕES ADOTADAS PELO MAPA E PELO MINISTRO BLAIRO MAGGI PARA CONTORNAR A CRISE. E A ÓTICA DE MILTON FRIEDMAN SOBRE O CASO | 50 |
| 4.3.1 Comunicação com a indústria, mercado nacional e internacional..... | 51 |
| 4.3.2 Ações institucionais junto aos organismos do Estado brasileiro | 56 |
| 4.3.3 Ação institucional junto aos Estados estrangeiros | 64 |
| 4.4 A ÓTICA DE ROGER SCRUTON SOBRE A ÉTICA E MORALIDADE NOS GOVERNOS E SUAS INSTITUIÇÕES COMO O S.I.F. | 73 |
| 4.4.1 A afirmação do poder do Estado e de seus órgãos | 73 |
| 4.4.2 A afirmação do poder das instituições do Estado e o caso S.I.F. | 75 |
| 4.4.3 O Patriotismo Indispensável, as leis e a relação com o S.I.F..... | 77 |
| 4.4.4 Valores morais e a relação com o caso do S.I.F..... | 78 |
| 4.5 FATORES ÉTICOS E MORAIS INFLUENCIADORES DA CRISE NAS CARNES NA ÓTICA DE ROGER SCRUTON..... | 79 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 81 |
| REFERÊNCIAS..... | 84 |

1 INTRODUÇÃO

Os historiadores afirmam que muito antes da criação das nações modernas os povos negociavam entre si. Dos primórdios da humanidade até chegarmos à atualidade houve grandes evoluções na tecnologia que proporcionaram novos meios de transporte como navios e veículos movidos a motores a combustão e formas de comunicação como telégrafos e telefones celulares. A distância não é mais um empecilho para os negócios, estes que ocorrem entre diferentes povos que mesmo com características de possuírem etnias, línguas, culturas e religiões distintas buscam negociar seus produtos e serviços para poderem ter uma melhor qualidade de vida, melhoria esta que beneficia todos os envolvidos (SANTOS, 2000).

Sabe-se desde os economistas clássicos como Smith (1974), no seu conceito de divisão de trabalho, que cada nação tem suas peculiaridades na produção de produtos e estas tendem a se especializarem nas quais possam dispor de maior mercado. Carvalho, Silva e Neto (2016) destacam que o Brasil, por exemplo, por usufruir de muita terra arável, pastagens e cultura pecuarista é reconhecido no mercado internacional de *commodities* por seu agronegócio pujante, nos quais os cereais, a soja, as frutas e a pecuária se destacam.

As carnes de frangos e de suínos são, basicamente, a transformação de proteína vegetal em proteína animal. A partir de grãos que o próprio país fornece em uma larga escala, onde como destaque o milho e a soja são levados para alimentação nas granjas, lá ocorrendo o metabolismo dos animais e a sua transformação de proteína vegetal em carne. No caso da carne bovina, os pecuaristas nacionais podem contar com grandes extensões de pastagens o que torna a carne brasileira mais atrativa ao mercado (OLIVO, 2007).

Graças a esses fatores o país acumula cerca de 4,1 milhões de postos de trabalhos diretos e indiretos no sistema produtivo do setor de proteína animal (ABPA, 2017). Porém, no ramo do agronegócio habitualmente ocorre no decorrer dos tempos diferentes intempéries que impactam na produção e comercialização dos produtos advindos do campo, como a crise pós anúncio de irregularidades na fiscalização da indústria das carnes.

Em 17 de março de 2017 a Polícia Federal do Brasil realizou a maior operação de sua história, onde houveram 309 mandados judiciais em seis estados

brasileiros e no Distrito Federal. As investigações apontaram que 32 fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que atuavam no sistema de vigilância sanitária vinham se beneficiando do esquema que comercializava carnes impróprias para o consumo humano (MAPA, 2017).

Portanto, através de uma abordagem histórica por meio de pesquisas bibliográficas e documentais acerca de eventos que afetaram o setor agrícola brasileiro no último século cria-se a base para examinar a crise ética e moral dos servidores públicos do serviço de inspeção sanitária. Tais condutas dos servidores serão analisadas sob a ótica de um dos filósofos mais reconhecidos do conservadorismo na atualidade, Roger Vernon Scruton. E juntamente com a visão ética e moral, buscou-se a visão do prêmio Nobel em Economia, Milton Friedman sobre os anúncios e decisões do Ministério da Agricultura (MAPA) posterior aos eventos da operação carne fraca para conter a crise no setor de carnes.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O Brasil é uma nação que compreende uma extensão muito significativa de terras aráveis, com uma população e cultura rural e que acumulou significativo avanço das técnicas para o setor no século XX. Estes atributos foram sustentáculos para que o país pudesse tornar-se referência global no setor de agronegócios, estando entre os maiores exportadores de soja, café, laranja, açúcar e carne do mundo (MAPA, 2017).

A rotina no campo e nas granjas sempre dependera do controle de pragas, dos cuidados com intempéries climáticas e outras variáveis que podem prejudicar a produção. Porém, mesmo diante de todo esse cuidado nas fazendas, alguns problemas externos ao campo, advindos do setor público de inspeção sanitária prejudicaram toda a cadeia produtiva da pecuária (MAPA, 2017). E é, justamente essa questão moral e ética, que envolve normas, valores e prescrições, a base primordial para o funcionamento da ordem econômica em qualquer nação (SCRUTON, 2015). Em conjunto com uma ordem ética e moral, as tomadas de decisões político econômicas, oriundas do Estado, geram o sucesso, ou não (FRIEDMAN, 1974), que pode beneficiar todo o setor produtivo.

Diante da situação exposta, surgem as seguintes perguntas de pesquisa:

Já ocorreram crises na agricultura brasileira do século XX com características

semelhantes a que o setor de carnes está enfrentando em 2017? Qual a ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas adotadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no período pós operação carne fraca? Qual a ótica do intelectual britânico conservador Roger Scruton sob a crise ética e moral ao que se refere ao servidor público de inspeção Federal?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a operação carne fraca, ética, moral e economicamente nas perspectivas de Roger Scruton e Milton Friedman.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar crises semelhantes no setor agropecuário brasileiro no Século XX;
- b) Examinar os anúncios (declarações e medidas) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do ministro Blairo Maggi, sob a ótica de Milton Friedman;
- c) Inferir possíveis fatores éticos e morais influenciadores dos impactos da crise no posicionamento dos servidores públicos da inspeção federal, sob a ótica de Roger Scruton.

1.3 JUSTIFICATIVA

O objetivo desse estudo é analisar a operação carne fraca sob a ótica de Milton Friedman e Roger Scruton, abordando o Estado e seus deveres, métodos e limites reguladores. Nesse escopo de estudo, buscou encontrar crises semelhantes às que sucederam após a operação carne fraca no mercado brasileiro no século XX para orientar a análise sobre as situações de crise dessa natureza, no contexto brasileiro e no setor agropecuário. Essa base histórica foi importante para a compreensão do mercado agroindustrial e suas relações com as instituições de

controle estatal e, assim, poder suscitar a visão sobre a ética e moral na função de servidores públicos e a sobre as medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura.

Esta pesquisa é relevante para a população brasileira, pois a crise das carnes impacta diretamente na balança comercial brasileira, na quantidade de divisas que entram no país, assim como na confiança das demais nações nos produtos agrícolas brasileiros exportados. É significativo para a comunidade local e regional onde a universidade, base material e intelectual do estudo, está localizada, pois a região sul de Santa Catarina é uma grande produtora de aves e a possibilidade de quedas na produção e fechamentos de indústrias do setor, certamente, gerariam um impacto na economia regional.

Para o estudante pesquisador este estudo caracteriza uma oportunidade de estudar com mais afinco um mercado tão amplo e tão visado como o mercado do agronegócio e assim, aprimorar uma visão mais crítica e apurada sobre tal assunto juntamente com a sua crise. Além disso, pode-se agregar conhecimento de mercado internacional, ética empresarial e economia.

Para a universidade o tema operação carne fraca constará no seu acervo de publicações, um dos temas mais discutidos no país em 2017. O estudo poderá servir de base para diversas futuras consultas, por conter uma importante catalogação e classificação das crises ocorridas no setor agropecuário no período do século XX. Além disso, trata uma crise no momento em que ela ocorre. O projeto dessa pesquisa se desenvolveu concomitante ao desenrolar da crise, portanto, pode-se ser testemunha quase ocular, na medida em que se é possível lançar mão das informações e dos fatos relativos ao evento, publicados nos canais oficiais pelos agentes do governo, para um cidadão brasileiro, estudante pesquisador, juntamente com a professora orientadora, e trazê-los para o campo da análise científica, embasados por teorias de estudo da moral e da economia, por autores que, nos seus campos teóricos, foram amplamente considerados nos séculos XX e XXI.

A ótica de Milton Friedman, sobre um caso em específico, estará na galeria de estudos da instituição, para que possíveis acadêmicos possam utilizá-la em suas futuras pesquisas. Economista este, que por muitos, é o mais importante desde a segunda metade do século XX, e mesmo ao passar de décadas possui forte influência na atualidade (BUTLER, 2015). Juntamente com tal ótica econômica, uma análise sobre as opiniões do conservadorismo, que tem emergido nas discussões no cotidiano nacional, no meio editorial (COUTINHO, 2014) e que vem recebendo forte

destaque na mídia em todo o globo, sobretudo após a eleição de Donald Trump, presidente americano que, em sua autobiografia, declarou-se conservador (TRUMP, 2017). Conservadorismo este que, em contraste, é tão pouco discutido na academia. Soma-se ao estudo as perspectivas de Roger Scruton, um dos mais respeitados intelectuais conservadores na atualidade (COUTINHO, 2004; GARSCHAGEN, 2015).

A viabilidade deste trabalho se dá por conta da busca fundamentada em um estudo essencialmente bibliográfico e documental, com base em *web sites* de ministros, ministérios e associações destacadas da área. Assim como, em artigos e livros de especialistas sobre os assuntos. Alcançar os objetivos expressados no presente estudo é importante, tendo em vista que um país que participa do comércio internacional como um dos principais expoentes do setor do agronegócio, como o Brasil (MAPA, 2017), precisa ganhar visibilidade na qualidade e na confiança de seus produtos junto aos mais diversos mercados consumidores em todo o mundo. Coloca-se como principal limitação do problema a falta de fontes documentais e bibliográficas sobre o tema e a falta de acesso direto aos autos da crise, por correr em segredo de justiça ou por falta de acesso aos agentes envolvidos, seja por indisponibilidade de tempo, recursos financeiros, ou mesmo pela condição de risco, contando que a crise se desenrola enquanto o estudo foi escrito.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente capítulo será apresentada uma revisão bibliográfica que oferecerá a base para a sustentação da pesquisa, cujo temas como agribusiness, exportação e o mercado de alimentos servirão para o entendimento das crises no setor agropecuário, enquanto, economia e as teorias do mercado internacional ajudarão na compreensão da obra de Milton Friedman. Já o conservadorismo e a operação carne fraca aprimorarão no entendimento da obra de Roger Scruton.

2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

A economia é uma ciência social, onde se estuda o ser humano em sociedade, com foco nos princípios e em suas atividades produtivas. O problema econômico fundamental é a escassez de recursos físicos e de trabalho que confronta com necessidades humanas infinitas. Tais necessidades vivem sempre em ciclos de mudanças com a evolução das tecnologias e com o desejo de melhoria do padrão de vida (TEBCHIRANI; 2006).

Para Krugman e Obstfeld (1999, p.44):

A economia internacional utiliza os mesmo métodos fundamentais de análise que outras áreas de estudo da economia, pois os motivos e comportamentos dos indivíduos e das empresas no comércio internacional são iguais aos das transações internas de um país... Sete temas são recorrentes no estudo do comércio internacional: os ganhos do comércio, o padrão do comércio, o protecionismo, a balança de pagamentos, a determinação da taxa cambial, a coordenação das políticas internacionais e o mercado de capitais internacional.

Krugman e Obstfeld (1999) apresentam o conceito dos ganhos do comércio internacional, onde a variedade de oferta e procura nestas relações comerciais entre as mais diversas nações podem ser consideradas de grande valia para aqueles que buscam benefícios econômicos. Maia (1997) reforça a ideia anterior e conclui que a economia internacional é abrangente e junta todo o comércio internacional por meio de suas exportações e importações, prestações de serviços e as transferências internacionais. Sendo que todas essas negociações surgiram graças aos meios de transporte modernos que permitiram o desenvolvimento da economia internacional e se adaptaram positivamente ainda mais com a revolução nos meios de comunicação. Tudo isso teve como consequência o hoje, onde vivemos na chamada aldeia global, tendo entre suas

principais características a não existência de limites geográficos para se negociar.

Tebchinari (2006) apresenta um conceito muito difundido nos estudos econômicos. Em sua linha de pensamento, na ausência de comércio, os preços relativos de mercadorias possuem diferenças de valores entre diferentes nações e ambas podem ganhar com troca de mercadorias a qualquer razão de preços intermediários. A ideia de ganhos do comércio pode ser considerada um dos conceitos teóricos mais difundidos do mercado internacional. A longa guerra entre o livre comércio e a sua proteção é um dos embates mais frequentes ao tratarmos de políticas econômicas. Grande parte desses embates ocorreram com aumento das relações internacionais, onde as nações ficaram receosas com as possíveis quedas nos salários de seus cidadãos (KRUGMAN; OBSTFELD; 1999).

Sabendo de tais benefícios existem ainda os padrões de comércio onde intensamente se é estudado por economistas para uma possível explicação de quem vende o que para quem. Alguns padrões como o clima e seus recursos naturais podem explicar o porquê a nação brasileira exporta café e a nação saudita exporta petróleo. Teorias mais atuais relacionam os padrões de comércio a interações entre ofertas relativas dos recursos naturais como capital, trabalho e terra, contrastando com o uso relativo na produção de diferentes bens (KRUGMAN, OBSTFELD; 1999).

2.1.2 Protecionismo

Para Gastaldi (2002) o protecionismo remete as suas origens no mercantilismo e ele também pode ser chamado de colbertismo, pois era aplicado por Colbert na França. Os governos protecionistas do mundo todo utilizam de várias medidas fiscais para fomentar suas exportações e gerar saldo positivo na balança comercial. Os incentivos mais comuns utilizados nas exportações são o *drawback*, crédito subsidiado, e crédito fiscal ou direto. O primeiro utiliza de importações que em sequência ocorre a agregação de valor e é reexportado. O segundo de um financiamento governamental destinado à produção e à comercialização. Já o crédito fiscal pode ser definido como um subsídio com isenção de impostos.

Na visão de Friedman e Friedman (1984) o protecionismo não é um modelo ideal, pois se um país importa menos, os outros países ganham menos. Fazendo com que os bens nacionais sem as compras dos mercados internacionais

por falta de divisas que gerariam renda vendam menos, e pela lei da oferta e da procura, tais consumidores domésticos pagassem mais caro por determinados produtos, desestimulando as compras no mercado interno. Também haveriam seguidas quedas nas exportações por questões de desentendimentos, tudo por causa desta falta de importações. Ganhando emprego para muitos cidadãos de uma determinada nação por proteger tais setores e perdendo empregos na mesma para tantos outros por falta de mercados compradores. Além de tudo, a falta de negociações torna a moeda do país menos atraente.

No ponto de vista de Gastaldi (2002) o protecionismo não pode se eternizar, pois cunharia assim em um pesado ônus ao consumidor doméstico. A proteção deverá ser apenas sempre de caráter temporário, sob a pena de estarem apoiando um industrialismo artificial.

Para Friedman e Friedman (1984) o “protecionismo” poderia também ser chamado de “exploração do trabalho” e “balança comercial favorável” onde ocorre o fato de uma nação exportar mais do que importar de “pagar mais por menos”.

2.1.3 Medidas sanitárias e fitossanitárias

Ao surgir no século XVI, os Estados nações como os conhecemos na atualidade, tiveram um grande empecilho, os seus governos mostraram-se preocupados com a concorrência externa. Eles tiveram de encontrar formas para manter a continuidade e o crescimento da sua indústria doméstica. Ao longo dos séculos posteriores para proteção de seu mercado, tais países fazem uso de diversos modos para que seja dificultoso uma mercadoria ser importada e essas dificuldades podem ser chamadas de barreiras comerciais (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Existem diversas circunstâncias políticas e econômicas que determinam medidas restritivas ao livre comércio para alegar a necessidade de tais proteções, como o apoio da indústria nascente ou preservação de setores importantes e/ou estratégicos incapazes de fazerem concorrência no mercado internacional (TEBCHIRANI; 2011).

As barreiras comerciais podem ser entendidas como leis, regulamentos, políticas, medidas ou práticas de um Estado que crie restrições ao comércio exterior. Assim sendo, as duas mais usadas são as barreiras tarifárias com suas taxas e

tarifas atuando na importação e as barreiras não tarifárias com suas restrições, licenciamentos, procedimentos, valoração aduaneira arbitrária, medidas *antidumping*, medidas compensatórias, os subsídios, medidas de salvaguarda e as usadas com frequência para a proteção do agronegócio doméstico que são as barreiras sanitárias e fitossanitárias, estas que podem ser compreendidas como barreiras técnicas (MDIC; 2017).

As barreiras técnicas ocorrem juntamente com a falta de transparência das normas e regulamentos como ainda pela obrigação de procedimentos morosos para atestação de conformidades, o que resulta em um longo tempo de ajustes para quem exporta (MDIC; 2017).

Ao passar dos anos, muitas das nações se uniram para adotar regras e acordos para que estados individuais não possam buscar apenas benefícios próprios. Dessa união surge a criação do Acordo geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1947 que fora suplantado posteriormente pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, ambas existiram em grande parte para que se evite o uso de tais benefícios próprios e barreiras (SILVEIRA; AREND; DEPONTI, 2015).

As medidas sanitárias foram unicamente elaboradas para a proteção da saúde humana e animal, já as medidas fitossanitárias foram criadas para a proteção de plantas e vegetais de doenças e pestes. (SILVEIRA; AREND; DEPONTI, 2015).

2.2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Nesta seção será apresentada a evolução das ideias econômicas do mercantilismo e à sua substituição pelo modelo criado pelo liberalismo. A chegada de Keynes, suas críticas ao liberalismo, o surgimento da Escola de Chicago e a volta das ideias liberais.

2.2.1 Mercantilismo

Os mercantilistas tinham um ponto de vista que era o popular em sua época, época a qual se estende do século XVI até entorno do século XVIII, eles sobretudo acreditavam que a melhor forma para uma nação tornar-se poderosa e rica era exportar mais do que importar. Entre as nações que foram mercantilistas, destacam-se a Grã Bretanha, Espanha, França e Holanda (SALVATORE, 1978).

Na visão dos mercantilistas o importante era o influxo ou acumulação dos metais preciosos, o ouro assim como nos dias atuais era o mais valorizado. Quanto mais uma nação conseguia acumular, mais poderosa esta seria. Os mercantilistas consideravam a importação como algo a ser restringido. Mas obviamente já que nem todas as nações poderiam ter excedentes de exportação e a quantidade de ouro na natureza sempre será fixa, ficaria impossível duas nações negociarem e terem ganhos mútuos. Nesse sistema um deveria sempre ganhar e outro deveria sempre perder. No final desse período novos conceitos econômicos foram difundidos pela Europa e esse sistema fora substituído (SALVATORE, 1978).

O Brasil colônia foi influenciado fortemente pelo mercantilismo, onde este era obrigado a comercializar por intermédio das metrópoles. Após a vinda de Don João VI ao país, o mesmo eliminou as restrições mercantilistas e começou a permitir a instalação de indústrias nativas e abriu o comércio com as demais nações do mundo (GASTALDI,2002).

2.2.2 Teorias clássicas

Para Gastaldi (2002) a economia clássica pode ser chamada também de escola liberal ou individualista e escola clássica. Na economia clássica a produtividade preponderante e exclusiva do fator natureza é refutada. Os economistas dessa escola começam a investigar as leis naturais e acreditam que quatro grandes princípios são necessários para o desenvolvimento econômico: liberdade de empresa, propriedade privada e liberdade de contrato e câmbio, tudo isso advindo da lei da oferta e da procura.

A economia clássica se inicia com as obras de economia política publicadas pelo economista britânico de nascimento escocês Adam Smith. Smith publicou, primeiramente, “A teoria clássica dos sentimentos morais” que fora seguida pela obra que o consolidou como pai da economia moderna “Uma investigação sobre a natureza e a causa da Riqueza das nações”. Nessas obras, o autor observa a luta entre as paixões humanas e o que ele considera como espectador imparcial ao longo da sociedade humana, conceito que busca observar com imparcialidade e para além de simplesmente temas morais (GALBRAITH, 1988).

Adam Smith apresenta a ideia de liberalismo, onde apoiava o não intervencionismo do Estado, pois acreditava que este intervencionismo era danoso à

sociedade. A desigualdade entre homens poderia ser considerada um estímulo ao trabalho e ao progresso e, sendo assim, as pessoas tenderiam sempre a buscarem melhores condições de vida (GALBRAITH, 1988).

Smith, para Salvatore (1978) defendeu o livre comércio como a melhor política para todas as nações mundiais. Argumentando que com o comércio livre cada nação poderia especializar-se na produção de mercadorias com as quais possuía vantagem absoluta, ou seja, estas seriam as quais poder-se-ia produzir com maior eficiência que as demais nações. Na ótica de Smith o importante seria importar mercadorias em que se possuía uma desvantagem absoluta e onde não produzisse com eficiência no mercado doméstico. Essas especializações internacionais de fatores geraria um aumento da produção e qualidade de vida mundial e beneficiaria todas as nações que comercializassem entre si. Assim abandonando a ideia mercantilista onde uma nação deveria perder para outra ganhar e adotando a ideia a partir de então de que todos poderiam ganhar simultaneamente.

Para Salvatore (1978), a teoria proposta por Smith está correta, porém não é suficientemente ampla e quatro décadas após a mesma ser proposta surge David Ricardo com a teoria da vantagem comparativa. Este acreditava que a teoria da vantagem absoluta explica apenas uma parte pequena do comércio internacional e em sua nova visão tentava explicara maior parte do comércio mundial.

Ricardo acreditava que mesmo que uma nação tivesse desvantagem absoluta na produção de ambas as mercadorias em relação a outra, ainda assim poder-se-ia existir comércio vantajoso mútuo. A nação menos eficiente deveria especializar-se na produção e exportação da mercadoria em que sua desvantagem absoluta é menor. Desta forma, esta é a mercadoria de troca onde a nação possui vantagem comparativa. Em contraponto a nação deveria importar a mercadoria em que sua desvantagem absoluta é maior e esta seria a área de sua desvantagem absoluta. Essa teoria ficou conhecida como vantagem comparativa e é uma das leis econômicas mais famosas e ainda não contestada (SALVATORE, 1978). Ricardo também é o teórico da lei da renda do salário. Os estudos e normas sobre a emissão do papel moeda e a conceituação da balança de comércio (GASTALDI, 2002).

Na escola clássica predomina o liberalismo econômico, não intervencionista, com a crença de as leis econômicas serem de ordem natural e providencial surgindo assim a doutrina do *laissez-faire* ou seja as leis econômicas

existem, produzem efeitos e passam. E era necessário deixar que tais leis trabalhassem, pois da ação das mesmas ocorrerá o equilíbrio automático do mercado (GASTALDI, 2002).

Na escola clássica existiram também os economistas pessimistas, liderados por David Ricardo e Thomas Malthus, este último apresentou importantes contribuições à ciência econômica com os estudos sobre a população e o crescimento demográfico e em conjunto com o primeiro elucidaram o conceito de rendimento não proporcional da terra (GASTALDI, 2002).

As ideias de Adam Smith foram desenvolvidas no decorrer do século XIX principalmente na Grã Bretanha pôr os já citados David Ricardo, Thomas Malthus, como também por James Mill e principalmente por John Stuart Mill. Assim sendo esse período ficou posteriormente difundido com o nome de escola clássica. (GALBRAITH, 1988).

2.2.3 Keynes e a Social Democracia

Na década de 1930 com o receio de monopólios e oligopólios e o recente *crash* da bolsa de valores de Nova York que ocorreu no ano de 1929, John Maynard Keynes elaborou, publicou e obteve aceitação generalizada de muitos economistas e membros governamentais de sua época. Em seu mais celebre livro o “Teoria Geral” ele propõe o abandono da crença de que o sistema regula-se por si só proposto por Smith algumas décadas antes. Keynes acreditava que somente uma intervenção estatal ativa poderia manter a economia em níveis de pleno emprego e assim obter um crescimento contínuo. A solução começou a ser regular, socializar e também a de dissolver monopólios iniciando assim as leis antitrustes (GALBRAITH, 1988).

Para Heilbroner e Throw (2001) Keynes foi um engenheiro do capitalismo reformado, pai da economia mista e produto de sua época esta que tornou-se conhecida posteriormente como grande depressão. Na visão dos autores Keynes também era um espetacular economista, matemático e homem dos negócios. Keynes teve um importante trabalho como assessor do governo inglês o que lhe rendeu força para ser um dos arquitetos do acordo de *Bretton Woods*, que iniciou um novo sistema de relações econômicas pós segunda guerra.

A proposta de Keynes foi a de demonstrar que não havia no mercado

uma propriedade autocorretora para manter o capitalismo em crescimento. O acúmulo de capital geraria uma profunda estagnação e só o estado intervindo poderia resolver o impasse. O ponto chave do pensamento de Keynes eram que os gastos governamentais deveriam ser a política econômica essencial para um capitalismo em depressão recuperar de períodos em períodos a sua vitalidade (HEILBRONER; THROW, 2001).

Keynes propunha haver a ideia do equilíbrio de desemprego, ou seja, um processo de ajustes entre a oferta agregada e a procura agregada utilizando a diminuição da produção e do emprego até um reequilíbrio que geraria a depressão econômica. (JORGE; MOREIRA, 1990).

Para Jorge e Moreira (1990) Keynes também acredita que era necessária a intervenção do Estado de forma indireta aumentando impostos quando havia excesso de procura e diminuindo impostos no caso de insuficiência de demanda. Muitos governos ocidentais nas últimas décadas utilizaram a economia mista proposta por Keynes e ainda na atualidade muitos vem seguindo os conceitos da “nova economia”.

As leis antitrustes são outros mecanismos do Estado para impedir práticas predatórias em diversos setores. Propostas por Keynes, estas são leis regulatórias que punem práticas anticompetitivas, onde empresas usam de seu poderio para restringir a produção e regular os preços. Deste modo, os concorrentes em atividade não conseguiriam competir e iriam à falência e os novos concorrentes acabariam falindo por falta de condições de competitividade (SALVATORE, 1978).

Para o economista, a gestão econômica do Estado é sensível às necessidades do público como um todo e não das empresas. O Estado deve apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas e do desenvolvimento em outras atividades que envolvam o interesse social (GALBRAITH, 1988).

Esse estado de bem estar social ou *welfare state* surgira na Inglaterra através da base teórica do próprio Keynes. A partir das décadas de 1930 e 1940 o Estado foi “convocado” para salvar a economia capitalista, então começou-se a implantar e controlar planos de ações destinados a promoverem interesses sociais, além de subsidiar, estatizar e socorrer empresas em estado de falência. Foi a partir da elaboração da constituição mexicana de 1917 e a de Weimar de 1919 na Alemanha, que o modelo constitucional do estado de bem estar social teve seu princípio de construção. Este modelo de Estado se opôs ao liberalismo, modelo que

foi dominante desde o século XIX até o início do século XX e permaneceu em apogeu da segunda guerra até os anos de 1970 (WAPSHOTT, 2016).

O Estado de bem estar social, seria o Estado no qual seus cidadãos indiferentemente a sua situação social, obteriam o direito a ser protegido através de mecanismos de prestações públicas promovidas pelo Estado. Chegando assim, à igualdade como fundamento para o intervencionismo estatal. A luta dos movimentos operários da época pedindo regulações no trabalho também foram determinantes para a criação do mesmo (WAPSHOTT; 2016).

2.2.4 Friedman e a Escola de Chicago

Na década de 1950 os professores que lecionavam no departamento de economia da Universidade de Chicago nos Estados Unidos da América (EUA), começaram a defender uma escola de pensamento econômico que propunha, sobretudo, o livre mercado e ficaria popularmente conhecida como escola de Chicago. Os dois mais proeminentes líderes são os já galariaos com o prêmio máximo da economia, o Nobel, e estes foram Milton Friedman e George Stigler (WAPSHOTT; 2016).

Filho de uma família de imigrantes austro-húngaros e de nascimento americano, Friedman concluiu a sua graduação enquanto seu país estava na maior depressão de sua história e seria nesta mesma década que o britânico John Maynard Keynes abalaria a hegemonia econômica do período com duras críticas (CARNEIRO, 1997).

Na década de 1940 Friedman obteve o PhD em economia na Universidade de Chicago, universidade essa, que anos mais tarde, voltaria como professor. Friedman priorizava o método indutivo e o empirismo na construção teórica e no estudo dos modelos pré keynesianos como a teoria quantitativa da moeda. Friedman defendia a estabilidade intrínseca do sistema capitalista e colocava em cheque os limites do arbítrio estatal (CARNEIRO, 1997). Para Gastaldi (2002) o sistema capitalista é o sistema econômico que tem a característica da predominância do capital na vida econômica.

A opinião de Friedman contraria em muitos aspectos o keynesianismo. Esse fato o ajudou a ganhar muitos adeptos no debate acadêmico, em uma conjuntura onde, dia após dia, as políticas keynesianas fracassavam no combate ao

estagflação. A experiência das suas ideias monetaristas em nações como, os Estados Unidos e a Inglaterra, o mostrou que havia um clima mais favorável às suas recomendações (CARNEIRO, 1997).

Em uma carta resposta publicada aos críticos de algumas de suas ideias Friedman (1975, p. 77) afirma:

Rer a Teoria Geral - me fez lembrar o grande economista que Keynes era e como eu simpatizo com seus métodos e com seus objetivos de maneira muito mais intensa do que muitos de seus seguidores.... Creio que a teoria de Keynes é o tipo certo de teoria: é simples, se concentra em algumas poucas magnitudes essenciais e possui enorme potencial. No entanto, fui levado a rejeitá-la, não por causa dessas características, mas sim porque creio que ela foi desmentida pelas evidências: suas previsões não foram confirmadas pela experiência.

As ideias centrais na obra de Friedman são as de que a demanda da moeda é, no longo prazo, uma função estável de renda permanente e apresenta baixa elasticidade em relação à taxa de juros. Ocorrendo assim movimentos distintos entre o crescimento da oferta exógena de moeda e o nível de renda e de pleno emprego, que explicariam as variações de demanda agregada e do nível de preços. Em um longo prazo o governo não possui o espaço de manobra na gestão da demanda agregada sugerido pela curva de Phillips, na medida em que não existe *trade-off* entre inflação e desemprego (CARNEIRO, 1997).

Outra de suas ideias é de que o banco central deveria sim conduzir a política monetária através de regras. Friedman acreditava que na política monetária o ponto crucial é o reconhecimento de que a autoridade monetária ao controlar seu próprio passivo e a quantidade de moeda, poderia controlar também os níveis de preço (CARNEIRO, 1997).

Para a Friedman e a maioria dos economistas da Escola de Chicago a inflação era uma calamidade muito mais perigosa que o desemprego, pois ela tiraria o poder de compra dia após dia como acontecia e muito nos países Sul-Americanos (WAPSHOTT; 2016). Para Anderson (1995) a primeira grande experiência de Friedman e dos Chicago Boys se deram em 1970 no Chile do General Augusto Pinochet, onde os economistas chilenos que estudaram em Chicago influenciaram a política econômica do país a adotar as ideias de Friedman o que se mostrou um caso de sucesso, o próprio se engajou nos trabalhos e foi ao Chile se encontrando com Pinochet e afirmando ao mesmo que seu modelo só funcionaria em estados democráticos.

O case do país Sul-Americano antecipou em torno de 10 anos a política

liberal fortemente baseada nos conceitos de Friedman que Margaret Thatcher usaria no Reino Unido e Ronald Reagan adotaria nos Estados Unidos para conter a recessão (O'REILLY; DUGARD, 2016).

Friedman acredita que a preservação da liberdade do homem é a principal razão para a limitação e descentralização de poder de um governo. A liberdade como objetivo último e o capitalismo como o único sistema compatível com tal liberdade. A obra de Friedman se caracteriza pelo apoio ao livre mercado com um retorno das ideias da escola clássica e de Adam Smith e a rejeição as distorções provocadas pelo intervencionismo econômico, também defende um “governo de leis” em detrimento do que ele chama de “governo de homens” (CARNEIRO, 1997).

Quanto ao Estado regulamentar profissões, Friedman (1974) apresenta a ideia de que no século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos Da América, os homens eram livres para se dedicarem as atividades que bem entenderem, derrubando assim o sistema de guildas de profissões. Porém, em algum momento nos meados do século XX as autoridades governamentais retrocederam restringindo determinadas ocupações aos portadores de licença, estas que são fornecidas pelo estado. Ramos (2016) comenta a visão de Friedman acreditando que o autor previa que regulando profissões o estado criaria reservas de mercado da mesma forma que agências reguladoras criam estas mesmas reservas em empresas reguladas. O autor via preocupação com regulamentações como algo que não protege seriamente o público consumidor. Onde seria natural que às próprias pessoas que consomem seriam os defensores dessa medida, mas isso não ocorre. As regulamentações são oriundas de um *lobby* dos próprios profissionais.

Poucos economistas foram tão influentes em toda a história como Milton Friedman. Pode-se destacar que a política econômica dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher foram de sua autoria, assim como a liberalização econômica da China e Da Índia. A influência na Estônia provocou um forte crescimento no país. Sua crítica ao pensamento até então dominante de Keynes e suas soluções para a inflação, contra o salário mínimo e a intervenção estatal na vida das pessoas moldaram a economia global da atualidade (BUTLER, 2015).

2.3 CONSERVADORISMO

O conservadorismo e o pensamento conservador possuem suas origens

nos países de língua inglesa e especialmente na pessoa do político, filósofo e teórico político de nascimento Irlandês Edmund Burke e da sua obra 'Reflexões sobre a revolução na França' (VENTURI, 2003).

O conservadorismo nasceu como uma contrarrevolução a revolução Francesa que ocorreu no período de 1789 a 1799, época onde houve grandes mudanças nas tradições, costumes e hábitos e a ordem social vigente até então é transformada. No plano teórico além de Burke, os nomes de De Maistre, De Bonald, Louis Veillot, Abbé Barruel, Chateaubriand, J. Sthal, Adam Moeller e Savigny foram de suma importância para o início do pensamento conservador (MACEDO, 1995).

Para Garschagen (2015) os nomes mais influentes do conservadorismo foram os dos britânicos Richard Hooker por criar as bases no século XVI do que seria o conservadorismo no futuro, Edmund Burke por ser o fundador do conservadorismo tal qual conhecemos na atualidade, Lord Hugh Cecil, Keith Grahame Feiling, Michael Oakeshott, Anthony Quinton e Kieron O'Hara. Os dos americanos John Kekes e Russel Kirk e também do Australiano Kenneth Minogue. Todos estes apontam que o que difere os conservadores dos revolucionários não é a ligação com as coisas do passado e sim o desejo em se viver integralmente no presente, e em termos uma aceitação da imperfeição do mesmo e compreender este como a única realidade que nos é entregue. E o passado deve ser visto não como uma nostalgia idealizada, mas como uma fonte de experiências da sociedade que permitem ao ser humano preservar no presente as tradições que nos dão visão e coragem para que não possamos perder as conquistas reais existentes por promessas fabulosas de um futuro imprevisível e hipotético.

Para Coutinho (2014) o conservadorismo está em um plano existencial que antecede e supera qualquer ideologia política. No qual ele classifica o mesmo como outros conceitos, como o de temperamentos, fés e disposições. A valorização de uma tradição moral nascida da familiaridade de um povo com a sua cultura. Onde o conservadorismo não pretende conservar tudo e sim os arranjos tradicionais que conduzem a uma vida melhor, para que as futuras gerações tenham uma residência e não uma ruína.

Espada (2008) acredita que o conservadorismo advém de um impulso para tornar as nossas vidas mais agradáveis. E cita o exemplo de uma casa, onde um lar vivido e decorado com pequenas mudanças graduais por seus moradores se torna mais confortável e agradável para os mesmos que um lar decorado por um

decorador no decorrer de poucos dias. Coutinho (2014) diz que o conservadorismo estará imóvel e só sairá da inércia quando a comunidade política estabelecida se encontrar sob ameaças de posições radicais, e geralmente isso ocorre em tempos de crise.

Coutinho (2014, p. 16) apresenta a aceitação do liberalismo econômico por parte dos conservadores no século XX, onde o Estado passou a ser visto como causa de desequilíbrio e ruptura, e o mercado como forma de preservar a ordem social.

Se a função de um governo é respeitar, por princípio, a natureza humana, importante é também que ele respeite uma das propriedades fundamentais dessa natureza: o fato de existir nos homens uma propensão para 'negociar, permutar ou trocar uma coisa pela outra' e assim permitir que os indivíduos possam 'melhorar a sua condição'.

Uma das pessoas responsáveis por estabelecer esse elo na prática e afirmá-lo como essencial para o conservadorismo foi Margaret Thatcher, primeira ministra britânica e pertencente ao partido conservador do Reino Unido. Ela fez diversas declarações onde apontava que todo o sucesso econômico do mundo ocidental seria oriundo de um produto de sua filosofia moral. Sendo, está a filosofia moral superior, pois inicia-se pelo indivíduo, respeita a sua singularidade e sua capacidade de escolha (GARFINKEL, 1990).

O liberalismo econômico partilha de muitos dos princípios conservadores, crendo que deva existir uma moralidade mínima que proíba assassinatos, agressões, roubos e mentiras. Pois um livre mercado onde ocorre falta de respeito por contratos, leis e afins estará fadado ao insucesso (COUTINHO, 2014).

Garschagen (2015) acredita que por não existir uma política conservadora bem definida e que norteia com um corpo teórico e sistemático o pensamento conservador e o que ele seja, surgiu a crença de que não exista o pensamento conservador. Tudo isso porque o conservadorismo não apresenta fórmulas ou objetivos e ter uma essência um tanto cética. Onde o conservador não busca enquadrar à realidade e a sociedade em uma ideologia ou um projeto político.

2.3.1 Roger Scruton

Roger Vernon Scruton é um filósofo, escritor e jornalista político Inglês. Com especialização na estética e por muitos anos escreve frequentemente na

imprensa sobre questões políticas e culturais. Ele é considerado um dos maiores nomes do conservadorismo Britânico na atualidade (COUTINHO, 2014).

Para Scruton (2015) o conservadorismo não existe para a correção da natureza humana ou para moldar as pessoas de acordo com alguma concepção ideal de um ser racional que vive no ato de escolher. O conservadorismo permanece em uma contínua observação de como as sociedades funcionam e tenta criar o espaço necessário para que sejam bem sucedidas nesse funcionamento. Nesse processo pelo qual os seres humanos adquirem a própria liberdade também se constrói vínculos afetivos, e as instituições da lei, do ensino e da política fazem parte disso.

Na visão de Scruton (2015, p. 67):

O conservadorismo advém de um sentimento que toda pessoa madura compartilha com facilidade: a consciência de que as coisas admiráveis são facilmente destruídas, mas não são facilmente criadas. Isso é verdade, sobretudo, em relação às boas coisas que nos chegam como bens coletivos: paz, liberdade, lei, civilidade, espírito público, a segurança da propriedade e da vida familiar, tudo o que depende da cooperação com os demais, visto não termos meios de obtê-las isoladamente. Em relação a tais coisas, o trabalho de destruição é rápido, fácil e recreativo; o labor da criação é lento, árduo e maçante.

Nossa existência como cidadãos, participando da vida em sociedade, é possível graças a vínculos de confiança duradouros às coisas que nos são importantes. Das relações sociais construímos associações duradouras com regras, ocupações, cerimônias e hierarquias que atribuem às atividades um valor intrínseco. E é nessas associações que nós indivíduos adotamos ou submetemos voluntariamente às normas e aos procedimentos ali estabelecidos que rejam a conduta e nos tornam responsáveis por fazer tudo sempre corretamente, criando assim no participante um orgulho próprio e se tornando relevante para com o todo (SCRUTON, 2015).

Scruton (1980) acredita que a liberdade depende de instituições para não se tornar cega. Por isso para o conservador a liberdade não ocupa uma posição central sobre negócios, política internacional e aquela que para os conservadores é primordial em uma sociedade: suas instituições autônomas. A ordem é fundamental para uma sociedade e é através de um governo e das instituições autônomas que ela pode se manter. Porém o autor é contrário às medidas artificiais de controle de um governo, cabendo ao mesmo proteger e não atrapalhar a ordem que se pretende preservar. O conservadorismo resguarda o organismo social, assim, garantindo a

liberdade no contexto da comunidade que pertence, e não uma liberdade plena que causará à deterioração de uma sociedade e suas instituições e valores. Diferindo assim do pensamento dos liberais, estes que tem a liberdade como valor supremo e essa liberdade liberal através das ações sociais definem o que vai ou não ficar preservado.

Nos primeiros textos de Scruton havia no autor certa desconfiança com a sociedade comercial e o liberalismo, tal desconfiança era compartilhada com demais conservadores do período na Inglaterra e estes corroboraram tecendo diversas críticas as políticas econômicas de Margareth Thatcher, então pertencente ao partido conservador e primeira ministra britânica em exercício. Porém em um período posterior, após ter experiência com às economias planificadas do Leste Europeu o autor reconheceu que desde Burke, pai do conservadorismo, o liberalismo era essencial para o conservadorismo, pois oferecia um “sistema de liberdade natural” que outros sistemas não conseguiam oferecer (COUTINHO, 2014).

2.3.2 Moral e ética

Moral é uma junção de valores e regras comportamentais, funcionando como um código de conduta de uma sociedade, comunidade religiosa ou organização (SROUR, 2000). Valores morais advêm da relação com as normas da sociedade, assim adquirindo um caráter de obrigatoriedade nessas sociedades. Moral é uma palavra do Latim com a significância de costumes. No cotidiano às pessoas usam o termo “bons costumes” para expressar moralidade (SUNG; SILVA, 2000).

Muitos usam os termos ética e moral como sinônimos. Porém ética é uma reflexão que analisa, critica ou legitima os princípios que estão regendo um sistema moral. Conhecer os pontos fundamentais da ética é imprescindível para a convivência em sociedade. Sócrates e Jesus Cristo criticaram a moral vigente em sua época e isso foi influente para épocas posteriores. E é, nesse sentido de uma moral já estabelecida que se utiliza o termo ética (SUNG; SILVA, 2000).

Ética é a disciplina teórica, ficando no plano das reflexões, visando conhecimentos temperados pelo juízo (SROUR, 2000). Ética é a ciência do comportamento da moral dos homens na vida social. Analisando se a conduta

reverte-se a favor do homem (VIEIRA, 2006).

Já nos negócios e atividades dos órgãos públicos do Estado, as atividades de ganhar dinheiro e fiscalizar sempre possuiu um elo de desconforto com o senso de moralidade pessoal. São muitas as penalidades e razões em uma instituição para que se perceba e se promova os benefícios da ética: multas que poderão chegar, baixa moral dos *stakeholders*, aumento da rotatividade, perda de confiança pública, dos investidores e apoiadores (NASH, 2001). Nash (2001, pg. 56) corrobora sobre a importância do estudo da ética nos negócios.

Ética nos negócios é o estudo da forma pela qual normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de um padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente desse sistema.

A má qualidade, assim como as fraudes, encobrimentos de procedimentos de controle, ganancia, falha em denunciar práticas antiéticas e o corromper o processo público por meios legais, podem ser considerados problemas éticos em instituições do Estado (NASH, 2001).

2.4 COMÉRCIO EXTERIOR E O AGRIBUSINESS

Tudo aquilo registrado entre transações de uma nação com as demais é chamada de balança de pagamento, onde dois tipos de transações internacionais são registrados nessa balança. Primeiramente as transações de exportação e importação de bens e serviços e secundamente as transações que envolvam ativos e suas compras e vendas, estes ativos significam riquezas, ou seja, dinheiro, ações, fábricas, dívidas governamentais, terras e selos raros. A chamada conta de balanço de pagamentos armazena todas as compras e vendas internacionais de ativos (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Para Baumann e Gonçalves (2015) a balança de pagamentos é um registro contábil, com um critério semelhante a contabilidade básica que fora criada no final da década de 1940 para padronizar os critérios negociados e acordos no fundo monetário internacional para registro de tais transações externas.

A balança de pagamentos é composta por cinco contas e cinco saldos, sendo os principais a balança comercial onde fica o registro das vendas e compras de mercadorias, geralmente registrando fluxos em valores FOB (do inglês *Free On*

Board, onde o exportador é responsável por todos os custos da carga até embarcar no navio) e em valores CIF (do inglês *Cost, Insurance and Freight*, onde o exportador se torna responsável por todos os custos até a chegada ao porto de destino) como as exportações são operações com entrada de divisas, o registro é feito com sinal positivo, a balança de serviços e rendas, que considera os bens intangíveis. As demais são as transferências unilaterais como as remessas de imigrantes para seus países de origem, o saldo das transações correntes que é a soma algébrica dos resultados líquidos das três contas anteriores, a conta capital e financeira que são transações de capital, os erros e omissões como, por exemplo, as variações de taxas de câmbio, e o saldo global da balança de pagamentos que é o resultado global das transações com o resto do mundo (BAUMANN; GONÇALVES, 2015).

2.4.1 Agribusiness e agronegócio brasileiro

Na década de 1950 os professores da prestigiada Universidade de Harvard, Ray Goldberg e John Davis observando o ambiente à sua volta, puderam constatar que as atividades rurais e aquelas ligadas a estas, não poderiam viver isoladas, ou seja, utilizando fundamentos de teorias econômicas a respeito de cadeias integradas ambos construíram um estudo da cadeia agroalimentar, assim como cunharam o termo de todas essas relações como *agribusiness*. Representando através de uma palavra, uma síntese dessa nova visão sobre o tema (TEJON MEGIDO; XAVIER, 2003).

Ao chegar no século XXI o *agribusiness* já representava um quarto da economia mundial e por pelo menos metade de seus empregos. A visão do conceito *agribusiness* ultrapassa o enfoque de produção que se limitava às cercas das fazendas, e os administradores públicos e privados precisam ter em mente sempre esse conceito sistêmico do *agribusiness* para que possam entender toda a cadeia. Sendo de suma importância também, entender o processo de adição de valor nessa cadeia de alimentos que existe antes e depois das fazendas, como um pós venda. Ou seja, além da iniciativa privada, os países precisam formular políticas sob a ótica do *agribusiness*. (TEJON MEGIDO; XAVIER, 2003).

No Brasil até a segunda metade do século XX a economia nacional se baseava quase única e exclusivamente no modelo primário-exportador, que são os

produtos chaves de natureza primária e que predominaram diferentes ciclos sem modificações estruturais como o pau-brasil, açúcar, ouro, borracha e café (TEBCHIRANI, 2011).

Os autores Jank, Nassar e Tachinardi (2005) apontam que na segunda metade do século XX em diante o agronegócio se destaca como uma das mais importantes produções de riqueza do país. A importância do mesmo coloca o Brasil entre os países mais competitivos na produção de *commodities* agrícolas no mercado internacional.

O Brasil teve três importantes fases do agronegócio. A primeira é o período de anos que compreende 1970 a 1980, estes que foram marcados por um desenvolvimento tecnológico e crescimento da produção, onde a década de 70 ampliou-se o chamado “modelo agro exportador” deixando de ser uma nação apenas exportadora de produtos tropicais (café, açúcar e cacau) para fornecer produtos como soja, celulose e carnes. Nesses anos o destaque fora o do crédito oficial farto e barato, a expansão da fronteira agrícola onde especialmente os produtores do Rio grande do Sul migram para o Centro Oeste e também o investimento em tecnologia e em pesquisas (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005).

Mesmo na década de 1980, considerada à década perdida, a agricultura nacional continuou em crescimento à uma taxa de 3,2% ao ano (TEIXEIRA, 2005). Já a década de 1990 foi uma nova fase e a segunda do agronegócio brasileiro, esta, marcada como a de choque de eficiência e competitividade, resultado da desregulação dos mercados, do fim do crédito rural, da abertura comercial e do controle inflacionário. Os primeiros 4 anos deste período aproximaram o Brasil do mercado internacional e com isso os produtores puderam conhecer a competitividade que existira no mesmo, assim como as novas oportunidades. Mesmo com o fim dos subsídios a chegada do plano real trouxe euforia e se investiu pesado em mecanização. Também é importante destacar o aumento da produção pelo uso expressivo de fertilizantes e agroquímicos (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005).

A produção de carnes bovinas e de frangos continuou em uma expansão que já vinha desde a década de 1980, porém a de carnes suínas esteve estagnada de 1980 a 1994. A partir deste último ano a popularização de embutidos forçaram uma forte demanda na carne suína o que fez crescer sua produção. Nos anos pós 1994 a produção agropecuária funcionou como fator de suma importância para a estabilidade inflacionária que tanto barrou o crescimento nacional naquele período

(JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005).

Após medidas estatais para securitização da dívida dos produtores rurais, em 1998 estes também propuseram a correção no câmbio para ganhos reais de competitividade nos mercados externos. Isso ocorreu em 1999 com a desvalorização do real, nos anos seguintes o país viu seu ciclo de ouro com a demanda asiática por todo tipo de alimento, e com o fornecimento de nossa soja e carnes, o agronegócio brasileiro representou seu melhor momento até então (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005).

A terceira fase do agronegócio brasileiro está nos anos 2000, estes que marcaram a expansão da oferta e explosão de competitividade. Nesses anos o mercado externo fora favorável para a comercialização de *commodities*. China e União Europeia ampliam as compras de nossa soja e carnes. Nesses anos buscou-se os ganhos em eficiência baseando na produtividade e na economia de escala. O câmbio desvalorizado junto com a forte demanda externa colocou o Brasil em uma posição de grande *player* no mercado mundial, porém nesses anos o país teve grande resistência na entrada dos seus produtos por questões de barreiras tarifárias e não tarifárias, além de ter de concorrer com produtos subsidiados (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005).

2.4.2 Exportação e mercado de alimentos

Um país ao exportar está se abrindo para o mundo. Existem diversos fatores a serem levados em conta antes de se exportar como a causa conjuntural que implica em problemas eventuais que podem atingir um determinado mercado e necessitam de demanda (isolada, eventual). E as causas estruturais onde a deficiência é permanente, como uma guerra que destrói todo o parque industrial e pragas na agricultura como exemplo (MAIA, 1997).

Sabendo da importância para uma nação de se exportar é necessário o entendimento do consumidor mundial de alimentos que na tendência atual busca o que podem ser chamados como fatores primordiais na escolha dos seus alimentos como o frescor, nutrição, sabor, segurança, preço e conveniência, onde os atributos dos produtos aparecem antes que o preço e sua conveniência (NEVES; CASTRO, 2003).

2.4.3 Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é uma instituição do Estado brasileiro. Esta foi criada como secretaria no dia 28 de Julho de 1880 pelo então imperador Dom Pedro II e após a proclamação da República assumiu o caráter de Ministério. O MAPA visa promover políticas públicas estimulando à agropecuária, fomentando, regulando e normatizando tudo o que acontece no setor (MAPA, 2017).

O MAPA tem atribuições para gerir aspectos mercadológicos, técnicos, científicos, ambientais e organizacionais no setor produtivo e no setor que abastece, armazena e transporta o que sai do campo. O Ministério ainda possui a obrigação de garantir a segurança alimentar e promover a exportação de excedentes do que é produzido na agricultura e pecuária. O MAPA no ano do presente estudo possui onze mil funcionários (MAPA, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Lakatos e Marconi (2001) todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos, porém nem todos os estudos que utilizam tais métodos são ciência. O método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando caminhos e possivelmente encontrando erros que também auxiliam as decisões do cientista. Para Cervo e Bervian (2002) o método é apenas um meio de acesso; só as capacidades de interpretações e reflexões podem descobrir o que os fatos e os fenômenos realmente são.

Para Chizzotti (2006) o desenvolvimento de uma pesquisa depende fundamentalmente da investigação sistemática de uma situação problema em uma comunidade, localidade ou organização específica. Assim, no presente Capítulo é apresentado em seções, contendo o delineamento da pesquisa, a definição da área de pesquisa, o plano de coleta de dados e o plano de análise de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O termo pesquisa está intrinsecamente ligado a evolução do conhecimento humano e suas diversas conquistas científicas. E o ato de pesquisar está ligado à busca de discordâncias, divergências e novas formas de se encontrar a explicação para determinadas situações. Possibilitando assim, novas procuras e assimilações e o enriquecimento do conhecimento (VIANNA, 2001).

O ser humano promove pesquisa com processo de estudo, construção, investigação e busca no objetivo de entender a sua realidade. Estas que podem ser quantitativas, qualitativas ou mistas que une características de ambas. A abordagem do estudo foi a pesquisa qualitativa. Nesta pesquisa o pesquisador participa da mesma através da sua compreensão dos dados obtidos e ao final os interpreta (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

3.1.1 Tipo de pesquisa quanto ao fim

O estudo teve a finalidade descritiva, ou seja, que investiga um ou mais fenômenos objetivando descrevê-los, registrá-los, analisá-los e interpretá-los

(MICHEL, 2015). A pesquisa descritiva pode ser caracterizada como uma abordagem que investiga e analisa características de um determinado fenômeno ou público alvo. Nessa abordagem constitui-se uma analogia entre diferentes variáveis e elucidando a natureza de tais analogias, sem acometer a explanação dos fenômenos descritos (VERGARA, 2000).

A pesquisa exploratória é utilizada para investigar e obter o desenvolvimento de hipóteses, aumentando a familiaridade do autor com o ambiente, fato ou fenômeno, visando alcançar um melhor entendimento de conceitos. Uma grande variedade de procedimentos pode ser utilizada para tal pesquisa exploratória, como a análise de conteúdo, textual e de dados (MICHEL, 2015), métodos de análise que são utilizados nesse estudo.

3.1.2 Meios de investigação

O presente estudo teve caráter bibliográfico, devido à fonte de dados ser bibliográfica e documental. Para Lakatos e Marconi (2001) a pesquisa bibliográfica também conhecida como de fontes secundárias, corresponde toda bibliografia pública em relação ao tema de estudo. Estes podem ser oriundos, por exemplo, de boletins, jornais, revistas, livros, monografias, artigos científicos e também pode ser os de meios de comunicação oral como gravações e filmes. Para Gil (2002), os imprescindíveis exemplos deste tipo de pesquisa se referem a apurações relacionadas a conflitos de ideias ou estudos que possuem o propósito de analisar as diversas posições existentes a respeito de uma contrariedade.

Pesquisa documental para Lakatos e Marconi (2001) tem como característica as fontes das coletas de dados estarem presentes em documentos, escritos ou não, sendo assim fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ocorre ou após. Utilizando fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas o pesquisador pode analisar o seu tema de estudo. Arquivos públicos podem ser advindos de fontes municipais, estaduais e nacionais como documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos e iconografia (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Com base em livros e artigos buscou-se encontrar crises semelhantes no setor agropecuário brasileiro ao longo da história. Em seguida buscou-se na agenda e coletivas de imprensa do ministro da agricultura Blairo Maggi e das demais

autoridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de informações públicas do governo brasileiro relacionados à agroindústria. Também se investigou nas páginas oficiais do governo, como a do MAPA e da Agência Brasil de Comunicação, informações sobre planos e estratégias para conter a crise, com o objetivo de se comparar tais, com as visões econômicas de Milton Friedman que foram retiradas de seus livros e de artigos sobre o autor. As visões éticas e morais de Roger Scruton foram retiradas de seus livros, a fim de identificar as análises que este têm sobre o tema tratado no estudo.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A população-alvo de um estudo é composta por um agrupado de indivíduos e situações, com qualidades delimitadas, de exemplo, gênero, faixa etária, comércios e localizações, que porvindouro, serve como propósito de investigação (MAGALHÃES, 2005).

Definiu-se como foco de investigação do estudo livros e artigos científicos com informações históricas sobre crises na agricultura brasileira. As informações relativas à crise da operação Carne Fraca usou como base de pesquisa *homepages* oficiais do Estado e do seu ministro Blairo Maggi, informativos de associações do setor, agenda em sites oficiais do governo para encontrar as datas e embasar com maior clareza os anúncios e medidas para a contenção da crise.

A área do presente estudo está limitada pelo Estado brasileiro geograficamente e setorialmente está limitado à agricultura e particularmente à produção e exportação de carnes.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

O plano de coleta de dados pode ser classificado como uma investigação a respeito de indagações sobre uma amostra ou população alvo. Tais averiguações buscam encontrar conclusões acerca de um fenômeno (GIL, 2002). É necessário que o plano de coleta de dados se adapte de acordo com as necessidades de cada pesquisa (ROESCH; BECKER; MELLO, 1999).

Para se encontrar das crises na agricultura na agricultura brasileira, o presente estudo se utilizou de pesquisas em artigos científicos, livros que narram

fatos históricos e informativos do setor do agronegócio. Para a compreensão da conjuntura da crise pós operação carne fraca, buscou-se como base os atos oficiais e anúncios disponibilizados no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Governo brasileiro, na *homepage* do Ministro Blairo Maggi, na agência de comunicação do governo e nos informativos das associações do setor. No período de março a outubro de 2017, foram coletadas diversas informações relacionadas ao agronegócio, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comercialização doméstica e internacional de produtos do *agribusiness* brasileiro. Essas informações foram a base para se comparar com as teorias dos livros e artigos de Milton Friedman e Roger Scruton.

Os dados utilizados no estudo em questão são essencialmente de origens secundárias. Dados das associações e da *homepage* oficial do ministro Blairo Maggi, dados que foram encontrados em órgãos oficiais do governo podem sim ser classificados como dados secundários, ou seja, dados que já foram coletados outrora e estão disponíveis para consulta pública pelos órgãos oficiais do governo (MICHEL, 2015).

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo usou, essencialmente, o método de pesquisa qualitativo com análise textual, não se utilizando de quaisquer tratamentos estatísticos. Michel (2015) considera a pesquisa qualitativa como uma relação entre o pesquisador e o objeto a ser estudado e, por estarem dentro de uma mesma realidade, até se confundem. A sua condição de possuir características especiais, contextuais e temporais leva este tipo de pesquisa a se fundamentar em dados interpessoais, na coparticipação da situação dos informantes e na significação que estes dão aos seus atos. Na pesquisa qualitativa ocorre a obtenção de dados descritivos, onde os resultados não são provados numérica ou estatisticamente.

O estudo se utilizou de dados secundários, obtidos através de artigos científicos, livros, páginas eletrônicas do Ministério da Agricultura, Itamaraty, Agência de comunicação do Estado e da *homepage* oficial do ministro Blairo Maggi, juntamente com os informativos das associações da indústria de proteína animal. O método utilizado para a análise foi o qualitativo, método esse que permite analisar

estes dados e informações à luz das teorias e escritos dos autores Roger Scruton e Milton Friedman.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo buscou-se encontrar crises com características semelhantes àquela que ocorreu pós-operação carne fraca no século XX no Brasil. E em seguida foi realizada uma análise ética, moral e econômica nas perspectivas do conservadorismo Inglês de Roger Scruton e do economista liberal Milton Friedman.

4.1 CRISES NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Crise na economia é quando ocorrem transições de um período próspero para um período de depressão caracterizado por queda de consumo e/ou produção (MICHAELIS, 2017). Também pode ser uma situação socioeconômica problemática (SARAIVA, 2010).

4.1.1 Crises com características semelhantes

Esse tópico destina-se à descrição das crises na agricultura brasileira no século XX com características semelhantes à crise que ocorreu na pecuária durante o período pós operação carne fraca, encontradas na literatura. Aqui estão as crises com acusações de erros nas fiscalizações dos órgãos do Estado, preocupação dos produtores com perdas de cargas em transporte e em estoques. Além disso, aquelas relacionadas ao receio do mercado consumidor referente à qualidade dos produtos, advindos do campo e da indústria.

4.1.1.2 Broca do café (1924)

Em 1924 no Estado de São Paulo toda a imprensa abordava a chegada de uma praga desconhecida até então em solo nacional que inutilizava os grãos de café e poderia acabar com toda a economia baseada no setor cafeeiro. Outras nações Asiáticas já haviam sido vítimas da praga que ficou popularizada como broca do café (*Hypothenemus hampei*). Um consenso é que essa praga chegou ao país por falta do controle de mudas e sementes contaminadas (SILVA, 2006). Essa é

considerada uma das piores pragas da cultura cafeeira por atacar o fruto em diversos estágios e danificar a qualidade do grão (TAKEMATSU, 2003).

O governo do Estado de São Paulo cria no mesmo ano uma comissão científica para combater o inseto, fiscalizar e divulgar possíveis soluções. Em 1927 cria-se o Instituto Biológico que através de pesquisas chega a ideia de que buscando um inimigo natural no habitat original da praga o problema seria resolvido, porém isso não se mostrou viável a curto prazo (SILVA, 2006). O inimigo era a vespa de Uganda (*Prorops nasuta*) (TAKEMATSU, 2003).

Acusações de entrada de plantas contaminadas e falta de medidas fitossanitárias recaíram sobre o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) pertencente ao governo do Estado de São Paulo, deixando a instituição então em descredito. Também, o instituto biológico de defesa agrícola pertencente ao Governo Federal que é um órgão do MAPA foi acusado de não estar executando suas funções de inspeção de plantas que entram no Brasil (SILVA, 2006).

O Estado apresenta uma resposta rápida com seu serviço fitossanitário, enumerando na grande mídia as pragas impedidas de entrar em território nacional, buscando acalmar os produtores e a opinião pública e mostrando firmeza na inspeção de armazéns e levantamento da área afetada. Proibindo também qualquer exportação dos grãos oriundos de áreas afetadas (SILVA, 2006).

Os municípios considerados afetados atacavam a intervenção do Estado. Até produtos sem relação com o café pereciam na ida para os portos para serem também fiscalizados. Era um ambiente de crise fitossanitária com implicações na economia e sociedade. No decorrer daquela década os usos de inseticidas e de novas práticas de colheita finalmente controlaram a praga (SILVA, 2006). Dentre essas novas práticas, destaca-se a catação dos grãos do chão após a colheita (TAKEMATSU, 2003).

Resultado da análise: A crise foi muito semelhante, houve acusações contra o órgão de fiscalização governamental por negligência. Houve apreensão da população pela falta de qualidade dos produtos. Os produtores ficaram receosos de perder a sua produção após o embarque.

4.1.2 Crises com características parcialmente semelhantes

Esse tópico destina-se a todas as crises encontradas pelo pesquisador na agricultura brasileira no século XX com características parcialmente semelhantes à crise que ocorreu na pecuária durante o período pós-operação carne fraca. Aqui estão as crises com acusações de erros nas fiscalizações dos órgãos do Estado.

4.1.2.1 Crise nos seringais da floresta amazônica (1912)

Em 1875, o Inglês Henry Alexander Wickham foi o responsável por um ato que na atualidade pode ser chamado de biopirataria. Furtando sementes de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) do seu habitat natural e único onde está planta era encontrada até o momento a floresta amazônica. Henry com vinte e nove anos de idade sai do Pará com 70.000 sementes da planta e leva até a Inglaterra, ele entrega as mesmas para pesquisadores Ingleses que aprimoram o cultivo da planta em vastas e ordeiras plantações no Sri Lanka, Índia e Malásia. Começava aí a extração do látex de forma industrial (DEAN, 1991).

Em meados do ano de 1912, houve uma queda brusca no valor da borracha no mercado mundial. Isso foi causado por esse plantio em larga escala advindo da Ásia e seu recente cultivo de seringueiras. A partir deste momento os seringais da região amazônica começam a sofrer uma transformação profunda reduzindo a área de extração do látex. Os lucros desabam e toda a cadeia produtiva sofre inclusive, com a impossibilidade de manter trocas de borracha por bens industrializados e importados. Os seringueiros em sua grande maioria advindos da região nordeste do país foram forçados a caçarem, pescarem, coletarem frutas e utilizarem técnicas agrícolas de plantios de ciclos rápidos básicos para sobreviverem (WOLFF, 2001).

Em 1905 a região Amazônica produzia 99,7% de todo látex comercializado no globo, caindo para 39% em 1914 e 6,9% em 1922. Toda essa queda no valor do produto é fruto de um plantio racional na Ásia que outrora era uma extração nativa nas seringueiras da Amazônia. Wickman tinha noção do que fez foi furto, mas também afirmava que o governo brasileiro tinha descrença que a planta fosse vingar no clima de fora do país. E também dizia que a população da

região onde ele retirou as plantas o tratou muito bem durante o período que permanecerá ali (DEAN, 1991).

Resultado da análise: A crise foi parcialmente semelhante. Houve falta de fiscalização para conter essa biopirataria.

4.1.3 Crises sem características semelhantes

Esse tópico destina-se à todas as crises encontradas pelo pesquisador na agricultura brasileira no século XX sem características semelhantes à crise que ocorreu na pecuária durante o período pós operação carne fraca. Aqui estarão as crises sem acusações de erros nas fiscalizações dos órgãos do Estado.

4.1.3.1 Crise do café (1929)

O Brasil até o ano de 1929 era extremamente dependente de exportações do café e era uma nação monoexportadora (LANZANA, 2010). Porém, nesse ano ocorreu o *crash* na bolsa de Nova York que acarretou a quebra de diversos mercados de ações no mundo e com essa quebra houve uma queda brusca nos valores das *commodities* no mercado internacional e em uma diminuição da renda no mundo todo que levou a população a consumir menos café. A cotação da saca do produto despenca, caindo cerca de 90% em um período de um ano (VALLONE, 2009).

O governo brasileiro interviu comprando grandes quantidades de café e em seguida queimando os grãos. Tudo isso com o intuito de diminuir a oferta buscando a melhora dos preços. A nação brasileira nessa época era a maior exportadora de café mundialmente e o controle político no país sofria forte pressão do setor cafeeiro. Somente próximo à década de 40 o preço do café começava a recuperar-se nos mercados internacionais, mas começava a perder representatividade na economia do país (VALLONE, 2009).

Resultado da análise: A crise não foi semelhante. Ela foi causada primariamente pela queda da cotação do café no mercado internacional e pela dependência do país baseada em uma monocultura.

4.1.3.2 Crise na Citricultura com a CTV (1940)

Após um período de aumento na produção e exportação cítrica no Brasil a década de 1940 trouxe uma queda brusca com a redução das exportações por falta de consumo no mercado internacional em tempos de Segunda Guerra Mundial. No setor houve um período de crise econômica nas lavouras e fitossanitária. O mercado doméstico estava saturado de laranjas e demais cítricos e os preços despencaram. Muitas regiões pararam de produzir. O Estado observando o acontecido resolve reagir intervindo com a compra de toneladas de laranjas e estabelecendo preço mínimo para à venda da fruta (BORGES, 2015).

Não obstante a questão da demanda ocorreu nessa cultura a aparição do *Citros Tristeza Vírus* (CTV). Que atingiu boa parte da produção com grandes perdas, pois, não se havia cuidados nos pomares para combatê-lo. Cerca de 12 milhões de plantas foram cortadas durante esse período. Somente no Estado de São Paulo houvera uma queda de 82% na produção. O que induz esse Estado a criar uma campanha pela erradicação e a fiscalizar e autorizar viveiros, onde só se poderiam comercializar matrizes registradas. Com a introdução de uma nova técnica de enxerto resistente e o plantio de novas variedades, após a década de 1960 a produção nacional teria uma nova fase de grandes conquistas no mercado internacional (BORGES, 2015).

O CTV é considerado o maior vírus conhecido na ciência em tamanho. Teve sua primeira aparição na África do Sul na década de 1920. E o principal vetor de contaminação na lavoura cítrica no Brasil é o pulgão preto. Ele é considerado um vírus do frio, pois, em temperaturas maiores de 40°C ele não se manifesta nas plantas (SALIBE, 2008).

Resultado da análise: A crise não foi semelhante, foi causada pela infestação de um vírus, o desconhecimento de tratamentos e manejos na lavoura e também por falta de boas condições econômicas no mercado internacional devido ao período da Segunda Grande Guerra Mundial.

4.1.3.3 Crise no algodão (pós 1950)

Campina Grande na Paraíba, hoje um dos principais polos industriais da região Nordeste do país deve seu crescimento econômico à lavoura do algodão. Na década de 1950 era a segunda cidade no mundo em produção do algodão sem caroço, este que é conhecido como pluma, um algodão de maior qualidade. Mas a competição com o mercado internacional que produzia em grandes quantidades um algodão de qualidade inferior mudou com a mecanização que agregava resistência ao mesmo, tornando ambos em uma qualidade muito próxima. Já não obstante esse fato, a chegada do bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) que era originário da América Central reduziu drasticamente a produtividade. Muitos produtores se viram obrigados a mudarem a cultura do plantio para milho e feijão. O controle do bicudo aconteceria por catação de botões já caídos do algodão onde estão os ovos (PINHEIRO, 2003).

No Brasil o inseto teve seu primeiro registro documentado em meados do ano de 1983 no interior do Estado de São Paulo. Provavelmente advindo da introdução e não da migração natural (GABRIEL, 2016).

Resultado da análise: A crise não foi semelhante, foi causada pela infestação de um inseto e também por melhorias de processos e qualidade dos concorrentes no mercado internacional.

4.1.3.4 Geada negra nos cafezais do Norte do Paraná (1975)

No dia 18 de Julho de 1975, ocorreu no Paraná a chegada de um frio semelhante a vistos no continente Europeu. No Norte do Estado as lavouras de café representavam a principal atividade econômica da época e a chegada da geada negra dizimou essas plantações. Esse tipo de geada em temperaturas abaixo de 5°C e com ventos frios muito fortes queimam a seiva no interior das plantas deixando-as escurecidas e levando-as perdas das mesmas (BONDARIK, 2010).

Houve uma enorme crise econômica e social no Paraná. Onde 2,6 milhões de pessoas saíram de suas terras para buscarem oportunidades em outros Estados como os de Mato Grosso e Rondônia que se tornaram unidades da federação após receberem muitos desses paranaenses. Esse acontecimento

resultou em um dos maiores fluxos migratórios já registrados em tempos de paz no mundo (BONDARIK, 2010).

Após 1975 os agricultores tiveram que ocupar o solo com outras culturas para sobreviverem, onde só existira a monocultura cafeeira. Isso foi um marco para a agricultura paranaense (PACZYK, 2009).

Os produtores que ali permaneceram tiveram de buscar culturas mais resistentes a possíveis geadas, iniciou-se assim, a cultura do milho, soja, trigo, algodão e das pastagens. Foi necessário a revitalização e ampliação do porto de Paranaguá para o escoamento do tamanho excesso de produção (CAMOLEZI, 2009).

Resultado da análise: A crise não foi semelhante. Ela foi causada por efeitos climáticos e pela dependência de uma nação em insistir em apenas uma cultura de plantio.

4.1.3.5 Pragas no Cacau da região Sul da Bahia (1985)

Nas últimas décadas do século XX o cacau foi uma das *commodities* que apresentou a maior queda em valor exportado nas exportações do Brasil. A partir do ano de 1985 a cultura do cacau começa a passar por crise. Foram diversas as causas, mas duas se sobressaem, as pragas “vassoura-de-bruxa” e “podridão-parda” que provocaram a queda na produção do cacau no Sul da Bahia que é a principal região produtora do país. Juntamente com a entrada de novas nações produtoras no Sudeste Asiático que ofertaram o produto em excesso ao mercado, o preço decaiu onde já havia um histórico de ciclos de rendas baixas dessa *commodity*, tal que naquele período já era uma das menores em renda entre todas as *commodities*. Em 1980 o país exportava US\$ 800.000 milhões anualmente do mesmo, já em 1998 passou para cerca de US\$ 100.000 milhões (CASTRO; ROSSI JÚNIOR, 2000).

A vassoura de bruxa (*moniliophthera perniciososa*) devastou a já frágil economia da região no período pós 1989, onde estes dependiam dessa monocultura. A disseminação dessa praga atestou o despreparo da Comissão Executiva Do Plano Da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) que recomendava no início da aparição da praga a poda de todas as plantas no entorno da área infectada e isso

resultou em produtores que deixaram de informar se a sua lavoura estava infectada ou não (ORTEGA; PIRES, 2016).

Resultado da análise: A crise não foi semelhante, foi causada pela infestação de pragas na cultura e pela entrada de nova concorrência o que tornou o mercado saturado de oferta.

4.2 A CRISE PÓS OPERAÇÃO CARNE FRACA, O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A EXPERIÊNCIA DE MILTON FRIEDMAN COM O FOOD AND DRUG ADMINISTRATION

Nesta seção será apresentado o histórico da crise que aconteceu na pecuária brasileira no período pós-operação carne fraca. E a experiência de Milton Friedman com o órgão fiscalizador que visa proteger a saúde de cidadãos de seu país natal.

4.2.1 Histórico da deflagração da crise

O Brasil no primeiro trimestre de 2017 registrava superávit de US\$ 14,4 bilhões em sua balança comercial o que podia ser considerado o melhor resultado do período desde 1989. Um dos responsáveis por isso fora o crescimento das vendas de carne suína (43,2%) e carne de frango (20,1%) em relação ao mesmo período de 2016 (MDIC, 2017). De acordo com a Associação brasileira da indústria de carnes (ABIEC), o mercado brasileiro de carnes no início deste ano vinha de um período muito bom em vendas ao mercado internacional. Como os dados do mês de março de 2017 mostram, este registrou um aumento de 22% em faturamento e 20% em volume de vendas de carne bovina ao exterior em relação ao mês anterior, sendo nesse período Hong Kong, China e Rússia os países que mais importaram a carne brasileira (ABIEC, 2017).

Após números muito expressivos para a exportação brasileira de carnes, ocorreu no setor a maior operação da história da Polícia Federal, essa operação investigou esquemas de corrupção de funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em uma carta aberta à imprensa, a Polícia Federal (PF) apresenta a operação carne fraca como sendo deflagrada pelo

Departamento de Polícia Federal brasileira no dia 17 do mês de março de 2017. E que objetivou comprovar crimes de corrupção por agentes públicos que em conjunto com umas das maiores empresas nacionais do setor de alimentos adulteravam as carnes que eram vendidas ao mercado interno e externo. Embora a mesma operação vise apurar irregularidades pontuais encontradas no Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.), os fatos se relacionam a desvios de conduta de alguns servidores e não de todo o órgão nacional de inspeção sanitária (MAPA, 2017; PF, 2017).

Houveram nessa operação 38 mandados de prisão sendo 27 preventiva e 11 temporária cumprindo ao todo 300 mandados judiciais que além dessas prisões geraram 77 conduções coercitivas e 194 busca e apreensão em 7 Estados brasileiros, sendo estes: São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande Do Sul, Minas Gerais e Goiás. Ao todo foram 2 anos de investigações e que mobilizaram 1100 agentes da PF (MAPA, 2017; EBC, 2017).

Após os anúncios da operação chegarem ao conhecimento de todas as nações mundiais através da mídia, os governos buscaram medidas para protegerem seus cidadãos. Grandes importadores da carne brasileira nos primeiros dias após o anúncio da operação anunciaram suspensão das compras. Dentre estes que suspenderam estão, China, União Europeia, Chile e a Coreia Do Sul, todos alegaram o mesmo motivo, proteção à saúde pública. Já nações como o Japão, África do Sul e o Canadá suspenderam a compra de apenas os produtos advindos dos frigoríficos citados e não da totalidade (MAPA, 2017).

Entre 302 amostras retiradas dos frigoríficos envolvidos, 10,2% confirmaram problema de natureza econômica e 2,6% de contaminação como a salmonela (*nome científico*) e outros pequenos problemas que podem afetar a saúde pública, todas essas amostras foram enviadas para um dos laboratórios próprios do ministério da agricultura (MAPA, 2017; EBC, 2017).

4.2.2 Milton Friedman e a experiência com órgãos reguladores e de vigilância sanitária do Estado em seu país natal (EUA)

A Food and Drug Administration (FDA) é uma agência federal dos Estados Unidos da América semelhante aos órgãos de controle e fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro (FIESC, 2017) que tem como objetivo, proteger e controlar a saúde pública americana através de

vistorias na indústria. A agência também é responsável por controlar os produtos como cigarros, medicamentos, cosméticos e ração animal e atestar se estes estão aptos à venda ou não (FDA, 2017).

Milton Friedman sendo cidadão americano acompanhou toda a evolução do FDA no início do século XX. O órgão foi criado em 1906 e o economista nasceu seis anos após em 1912. Friedman (1975) possuía conhecimento que o órgão fora criado na época para atender a uma pressão popular advinda do lançamento do livro de Upton Sinclair. O livro romance *The Jungle* continha severas críticas às condições sanitárias presente nos abatedouros da época.

Friedman possuía diversas críticas a órgãos reguladores e de fiscalizações sanitárias, ele via a FDA por exemplo, como um órgão não muito sensato, que atrasava constantemente novos produtos farmacológicos que poderiam salvar inúmeras vidas. E um órgão não totalmente confiável, de exemplo ele citava constantemente o famoso escândalo onde descobriu-se que o FDA havia obrigado a indústria da produção de brinquedos e vestuário para crianças há adicionar um retardador de chamas que mais tarde seria descoberto como sendo um produto cancerígeno poderoso (BUTLER, 2015).

O Nobel em economia chegou ao ápice do seu desconforto com os poderes incumbidos a esse órgão de regulação, quando com o passar do tempo o FDA já era o responsável pelo controle de rótulos dos produtos vendidos e por sua publicidade. Além disso, ele não via lógica na comercialização de algo que acaba tendo efeitos colaterais não pressagiados ser tratado como crime e em contraponto a proibição da venda de algo que é capaz de salvar vidas e aliviar angústias não receber qualquer repudio contrário dentro desse órgão (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017).

4.3 ANÁLISE DAS AÇÕES ADOTADAS PELO MAPA E PELO MINISTRO BLAIRO MAGGI PARA CONTORNAR A CRISE. E A ÓTICA DE MILTON FRIEDMAN SOBRE O CASO

Nessa sessão são apresentados dados das vendas, coletivas de imprensas, notas públicas. Juntamente com as declarações e medidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e de seu ministro Blairo Maggi

para contornar a situação. Como parâmetro dessas medidas será apresentado à ótica do economista Milton Friedman sobre os temas relacionados.

4.3.1 Comunicação com a indústria, mercado nacional e internacional

17 de março de 2017

No mesmo dia do anúncio da operação carne fraca, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Blairo Maggi envia uma nota à imprensa demonstrando a preocupação do MAPA com o crime ali ocorrido e afirmando que o órgão não terá tolerância com atos irregulares (EBC, 2017).

Diante dos fatos narrados na Operação Carne Fraca, cuja investigação começou há mais de dois anos, decidi cancelar minha licença de 10 dias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O que as apurações da Polícia Federal indicam é um crime contra a população brasileira, que merece ser punido com todo o rigor.

Neste momento, toda a atenção é necessária para separarmos o joio do trigo. Muitas ações já foram implementadas para corrigir distorções e combater a corrupção e os desvios de conduta, e novas medidas serão tomadas. Estou coordenando as ações, já determinei o afastamento imediato de todos os envolvidos e a instauração de procedimentos administrativos. Todo apoio será dado à PF nas apurações. Minha determinação é tolerância zero com atos irregulares no Mapa.

Blairo Maggi
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Divulgação de que os responsáveis por tais atos serão punidos com o rigor da lei; Defesa de que o órgão de fiscalização e do próprio MAPA são necessários.

Para Friedman (1974) o governo em uma sociedade livre deve ser um árbitro e legislador tendo o dever de garantir o cumprimento das regras. O autor que é um notório defensor das liberdades individuais apresenta a opinião de que não exista uma liberdade absoluta e que o anarquismo não funciona, pois o homem é em sua essência imperfeito. Existindo assim, a necessidade do governo buscar melhorias na qualidade de vida dos indivíduos com poucas regras básicas como a

fiscalizações sanitárias, apesar de ainda o próprio mercado ser o melhor fiscal em longo prazo. O autor afirma que a liberdade de um homem que está agindo contra a vida de outros, como no uso de produtos químicos nocivos para a saúde humana nos alimentos, deverá ser retirada por meio de leis, para que possamos prezar pela saúde da população.

Órgãos de fiscalizações podem ser considerados remédios ruins, pois as pessoas não gostam de saber que foram enganadas. Nas tomadas de decisões dentro de um órgão regulador o ódio ao charlatão que adulterou um produto prevalece sobre o sentido do livre mercado que estava funcionando bem até então e geralmente ocorre o pedido por cada vez maiores fiscalizações, intervencionismo e regulações adicionais. Mercados fortemente regulados, em sua maioria das vezes são mercados disputados entre poucos concorrentes (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984).

Porém com um grande nível de exigências sanitárias e altos custos para se estar dentro das normas da mesma, ocorre o que o autor considera como um “ambiente dificultoso”, onde alguém que está desempregado não consegue uma mínima fonte de renda. A economia informal é vista por Friedman como a mais eficiente e importante para entrada de novas pessoas no mercado de trabalho (PASCHOAL, 2013).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O ministro Blairo Maggi acerta em afirmar o poder do Estado como forte árbitro e legislador. Acerta novamente em apresentar o sistema de inspeção como necessário, porém, Friedman possui ressalvas sobre a quantidade de obrigações e poderes que esse sistema deva possuir (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984; FRIEDMAN, 1974, PASCHOAL, 2013).

23 de março de 2017

Nesse dia produtores e setores da indústria de proteína animal estavam receosos com animais em fase de abate, cargas em transporte e embarques parados em portos esperando a liberação. Havia um forte clima de preocupação no campo e na indústria (EBC, 2017).

No dia 23 de março de 2017 o ministro Blairo Maggi em sua página pessoal lamentou a queda brusca nos volumes exportados da carne nacional, afirmou que o setor retomará a confiança perdida do consumidor, demonstrou quais as medidas serão tomadas para punir os envolvidos e reafirmou o compromisso de transparência com o mercado nacional e internacional. Ao final o ministro lamentou que as denúncias de irregularidades levem um tempo considerável para serem analisadas e julgadas (BLAIRO MAGGI, 2017).

Em audiência conjunta nas comissões de Agricultura e de Economia do Senado, o ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), explicou, nesta terça-feira (22), as medidas adotadas após a Operação Carne Fraca da Polícia Federal e lamentou a repercussão negativa no mercado internacional. “Estou preocupado, mas confiante de que vamos resolver os problemas com os países que têm comércio com o Brasil”, disse o ministro, observando que o embarque de carnes no dia anterior foi de US\$ 74 mil, enquanto a média de embarque diário era de US\$ 63 milhões.

Maggi disse que tem conversado com autoridades de governo de países importadores de carne do país para explicar a real dimensão das investigações da PF e as iniciativas que tem tomado, como a de suspender temporariamente as exportações de 18 frigoríficos, colocados sob suspeição e que encontram-se em regime de auditoria. Foi uma medida preventiva para dar maior segurança ao mercado internacional e evitar que embarques dos demais frigoríficos sejam prejudicados. Três frigoríficos apontados pela operação encontram-se interditados.

Agir com transparência e ter clareza de informações, segundo ele, é o melhor a fazer neste momento. “Sempre tivemos, no agronegócio, na agricultura, na pecuária, muita esperança para que o Brasil pudesse sair da crise em que se encontra e que foi envolvido a partir de 2014”, observou.

O ministro afirmou que a cada denúncia de irregularidade que chega ao ministério é aberto procedimento. “Ninguém deixa de abrir, de tomar providências. Mas nem sempre acontece na velocidade que gostamos”, explicou.

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Afirmação de que ocorrem sim providências, mas elas não acontecem na velocidade desejada; Suspensão de 18 frigoríficos investigados.

Milton Friedman apresentou ao longo da sua obra a ideia de que existem quatro formas de se gastar dinheiro: Gastando seu próprio dinheiro, o foco ficará no conteúdo, no valor e no custo benefício. A segunda forma será a de gastar o nosso dinheiro para comprar algo para terceiros, continuando assim o foco no custo, mas o

conteúdo já é enfraquecido, pois não sabemos as preferências destes. A terceira forma é gastar o dinheiro dos outros para comprar coisa para os outros, não sendo o indivíduo que paga, ele não se preocupava tanto com o conteúdo, como também com o custo e com o prazo e aí está uma das respostas do por que o Estado gastar mais e demorar mais ao realizar o seu trabalho. E a última forma será a de gastar dinheiro dos outros para comprar algo para nós, aí ocorre um grande incentivo na falta de cuidado com o custo e uma grande atenção no conteúdo (CONSTANTINO, 2012). A terceira forma de gasto na visão do autor pode explicar a demora das providências do Estado contra irregularidades.

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O Estado realmente é lento em suas medidas, pois o mesmo não é um bom administrador e fiscalizador, já que possui a característica de usar dinheiro de terceiros para suas finalidades (CONSTANTINO, 2012).

28 de março de 2017

Em um comunicado em sua página oficial no início de abril a ABIAC (2017) afirma que não ocorreu a forte queda na exportação da carne bovina em março que o setor esperava. Sendo que ainda houve um crescimento de 22% em receita e 20% no volume exportado em relação ao mês anterior. Ainda nesse comunicado aos seus associados, o instituto que possui 38 anos em atividades auxiliando na indústria para a exportação acredita que a relação com o mercado não fora abalada. E que o volume de 9,1 milhões de carne bovina produzida no país do qual 20% é exportado só tende a crescer.

No dia 28 de março de 2017 o ministro Blairo Maggi em sua página pessoal foi enfático ao afirmar que a prioridade no momento é retomar a confiança perdida com o consumidor, para isso foi enviada uma força tarefa de inspeção nos estabelecimentos citados na operação, ao final a mesma, descartou problemas na saúde humana a partir das análises nas amostras das carnes coletadas (BLAIRO MAGGI, 2017).

Em balanço da força-tarefa realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nos últimos dez dias, após a deflagração da Operação Carne Fraca, o ministro Blairo Maggi afastou, por ora, que

problemas apontados pela Polícia Federal na investigação de frigoríficos impliquem risco ao consumo humano. Irregularidades encontradas em 12 laudos concluídos revelam, sim, fraudes econômicas, como quantidade de água acima do permitido no frango e, amido, também fora do padrão, em salsicha. “Das amostras analisadas, não há nenhuma anormalidade que possa fazer mal à saúde humana”, garantiu o ministro.

A força-tarefa contou com equipe de 250 servidores, entre auditores fiscais, agentes de inspeção e de atividades agropecuárias, nos 21 estabelecimentos citados na operação. “Todas tiveram investigação extra”, explicou o ministro. Cada equipe verificou registros de controle de fabricação, de matéria-prima e interrogou funcionários, além de avaliar as condições de higiene. Uma das empresas que produz ração animal estava utilizando subprodutos com data de validade vencida. “Então, interditamos”, informou.

No mesmo dia da operação, em 17 de março, haviam sido interditados, por precaução, pelo Mapa, estabelecimentos da BRF, em Mineiros (GO), da Peccin Agro Industrial, em Curitiba(PR), e em Jaraguá do Sul (SC). Os laudos prontos se referem a essas três plantas frigoríficas. Depois, entre os citados, mais três sofreram interdição preventiva, por falhas no controle de fabricação: Souza Ramos, em Colombo (PR), Laticínios SSPMA, em Sapopema (PR) e Farinha de Carnes Castro, em Castro (PR).

A coleta foi além do local de produção dos estabelecimentos auditados, se estendendo ao varejo, onde foram retiradas 174 amostras de produtos fabricados pelas empresas em 22 estados da federação. Os resultados finais serão conhecidos em até duas semanas.

Blairo Maggi destacou, em entrevista à imprensa, que é importante restabelecer a confiança do consumidor brasileiro e também do mercado externo, que tem recebido todas as informações solicitadas. Lembrou que as empresas investigadas não têm recebido certificado de exportação, o que dá mais garantia aos compradores de fora do país. “Nossa imagem foi muito atacada e a gente não pode esquecer que concorrentes querem que mercados sejam abertos para eles”, observou.

Ainda nesta segunda-feira (27), técnicos do ministério têm uma teleconferência com autoridades de Hong Kong, um mercado importante que distribui produtos para vários países do Oriente, lembrou Maggi. O ministro reuniu-se com os 27 superintendentes regionais do Mapa para alinhar procedimentos e alertar para que todos se mantenham “atentos” à investigação em curso, utilizando, na medida das suas necessidades, toda a estrutura em Brasília, como a corregedoria.

Nesta terça-feira (28), Maggi recebe o comissário para Saúde e Segurança Alimentar da União Europeia (UE), Vytenis Andriukaitis. A agenda já estava marcada, desde antes da operação, mas será, segundo ele, uma oportunidade de esclarecer tudo o que for necessário. “É um momento que deve ser aproveitado”, afirmou.

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Força tarefa com agentes de inspeção sanitária.

Os Fiscais Federais Agropecuários (FFA) são formados por Médicos Veterinários, Engenheiros Agrônomos, Zootecistas, Químicos e Farmacêuticos, profissões que para Friedman (1974) é exigido um licenciamento/participação em conselhos, para que se possa estar habilitado a exercer a profissão. Esses licenciamentos que o Estado exige para prática da profissão por vezes eliminam candidatos, desencorajando novos entrantes na profissão. Os licenciadores ao restringir à concorrência talvez possuam interesses escusos para que haja poucos novos entrantes. E por haver pouca concorrência, com o tempo os profissionais já licenciados podem perder o interesse pelas melhorias que ocorrem na sua área de atuação. Além de que, a lei da oferta e da procura torna-se controlada, sendo assim os salários serão maiores no setor.

Milton Friedman não via com bons olhos o que ele chamava de “resistência do clero”. Esses licenciamentos profissionais para o autor provocavam o efeito de relutância de denúncia contra erros, desvios e negligência entre os licenciados em uma profissão (BUTLER, 2015).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O Estado busca fazer fiscalizações na indústria usando apenas profissionais em áreas altamente reguladas. E exige a participação desses profissionais em conselhos, estes que monopolizam a licença de um trabalho e por vezes atrasam toda a evolução científica, tais conselhos ainda costumam deturpar a ética de determinadas profissões (FRIEDMAN, 1974; BUTLER, 2015).

4.3.2 Ações institucionais junto aos organismos do Estado brasileiro

19 de março de 2017

No dia 19 de março de 2017, dois dias após a deflagração e anúncio da operação carne fraca o Ministro Blairo Maggi concedeu uma entrevista coletiva a imprensa onde firmou o compromisso de oferecer carne de qualidade para todos os mercados onde o país comercializa os produtos. Na coletiva ele voltou atrás no que declarou no dia da deflagração da operação e criticou alguns pontos da forma como

foi divulgada a operação pela PF e da falta da troca de informações entre o MAPA e a PF. O ministro ainda afirmou que iria divulgar nomes e dados das empresas envolvidas (EBC, 2017).

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse hoje (19) que a China e a União Europeia pediram informações formais ao Brasil a respeito do esquema criminoso de “maquiagem” de carnes estragadas desvendado pela Operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Maggi garantiu que até amanhã (20) será divulgado o nome e dos dados das empresas citadas nas investigações e para quais países elas exportaram nos últimos dois meses. De acordo com o ministro, seis dos 21 frigoríficos investigados pela Carne Fraca exportaram produtos nos últimos 60 dias.

O ministro da Agricultura Blairo Maggi criticou a “narrativa” feita pela Polícia Federal ao divulgar a operação:

“Acho absolutamente natural que os países façam isso, estaremos prontos a responder a todos os países que se manifestarem. Temos que ser o mais transparente possível nesse processo, dando as informações, de imediato, para que não restem dúvidas sobre a lisura do processo que o Brasil tem”.

Após reunião de emergência com o presidente Michel Temer e representantes de países compradores de carne brasileira, o ministro criticou a “narrativa” feita pela Polícia Federal ao divulgar a operação e o fato de o Ministério da Agricultura não ter sido informado das investigações. “Acho que essa questão é muito mais da forma como foi comunicado e a narrativa que foi feita. Não posso ter controle sobre como as pessoas se expressam. Sobre a questão do papelão está claro no áudio de que estavam falando das embalagens e não de misturar papelão na carne. Isso é uma idiotice, uma insanidade para dizer a verdade”, disse Maggi.

Segundo o ministro, as empresas investem “milhões e milhões de dólares” para conquistar mercados e não seria razoável que elas misturassem papelão para aumentar seus lucros. “A narrativa nos leva a criar fantasias”, disse Maggi. O ministro disse ainda que o uso de ácido ascórbico e carne cabeça de porco nos embutidos, por exemplo, é permitido e a forma como essas informações foram divulgadas não foi adequada.

“No regulamento está lá escrito [que pode usar cabeça de porco] em percentuais em determinados produtos. Portanto, a fala de uma empresa que está comprando matéria prima para utilizar em A, B ou C é permitido, não tem irregularidade nesse processo. Em função da narrativa é que se criou esse grande problema que estamos aqui colocados hoje”.

Maggi voltou a defender que o sistema de fiscalização sanitária do país e a classificou como confiável. “Temos um sistema de fiscalização muito forte, robusto, reconhecido pelo mercado internacional, checamos toda a qualidade. Ao chegar aos países de destino, todos os produtos são novamente fiscalizados e checados. Nenhum mercado internacional é realizado sem que antes haja o reconhecimento dos sistemas de fiscalização, sanidade entre os países.”

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Defesa do setor da indústria de carnes.

Para Friedman (1974) existe uma necessidade de o governo por vezes representar grupos em conjunto, seja de pessoas ou empresas que sozinhos não conseguiriam juntar forças e protegê-los contra grupos externos, porém qualquer necessidade de ação do Estado nesse sentido representa um perigo futuro à liberdade econômica, política e a do cidadão. É preciso que exista uma boa razão com diversas vantagens e com grande parte de contribuição voluntária dos envolvidos. Pois, as medidas que um governo adota para solucionar um problema, geralmente são tão ruins quanto o próprio problema.

O prêmio Nobel em economia vê os preços sobretudo como uma informação. Preços altos levam uma determinada cadeia de produção de um produto a produzir mais, sendo que esses envolvidos geralmente não possuem comunicação entre si e talvez nem saibam qual seja o produto final de qual a sua matéria prima fara parte, o preço é quem os comunica se ocorre excesso ou falta de produção e demanda. O preço também afeta na eficiência na produção de um produto, pois quando o setor vê alguma matéria prima escassa que pode ser substituída, os participantes da cadeia produtiva irão enxergar que o aumento dos preços dessa matéria prima pode estar sofrendo de tal escassez e é investido em algum outro para substitui-lo. Um Estado cria incentivos para uma determinada indústria através de subsídios e controles de preços automaticamente interrompe essa informação gerando frágeis demandas em todo o setor de produção muito dependentes de medidas políticas instáveis. (FRIEDMAN; FRIEDMAN: 2017).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O ministro Blairo Maggi age corretamente em defender tais grupos em um período de turbulência no setor. Porém, é importante que a defesa seja momentânea e não se estenda por um grande período, gerando indústrias artificiais que não sobreviveriam sem a dependência da ajuda estatal (FRIEDMAN, 1974; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017).

21 de março de 2017

No dia 21 de março de 2017, quatro dias após a deflagração e anúncio da operação carne fraca e dois dias após o ministro Blairo Maggi tecer críticas a diversos pontos da divulgação da operação, o MAPA em conjunto com a PF envia uma nota à imprensa através da página da PF no intuito de afirmar o compromisso do S.I.F. com a fiscalização das carnes. (PF, 2007).

Brasília/DF – Sobre a Operação Carne Fraca, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Polícia Federal esclarecem:

1. A reunião ocorrida hoje (21/3) entre o Secretário Executivo do MAPA, Eumar Roberto Novacki, e o Diretor Geral da PF, Leandro Daiello Coimbra, teve como objetivo fortalecer a relação entre as Instituições e reafirmar o compromisso de ambas em elucidar os fatos investigados.
2. A operação deflagrada na última sexta-feira (17) teve como foco a eventual prática de crimes de corrupção por agentes públicos;
3. Embora as investigações da Polícia Federal visem apurar irregularidades pontuais identificadas no Sistema de Inspeção Federal (S.I.F.), tais fatos se relacionam diretamente a desvios de conduta profissional praticados por alguns servidores e não representam um mal funcionamento generalizado do sistema de integridade sanitária brasileiro. O Sistema De Inspeção Federal brasileiro já foi auditado por vários países que atestaram sua qualidade. O S.I.F. garante produtos de qualidade ao consumidor brasileiro.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Polícia Federal

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Defesa do MAPA e do S.I.F. como reguladores e fiscalizadores do setor.

Para Friedman não existe melhor regulação que o mercado competitivo. A reputação de uma empresa atrai clientes na mesma medida que retém os antigos. Se uma empresa vende produtos com baixa qualidade ou adulterados os clientes da mesma a trocarão por quaisquer das concorrentes que ofereça o mesmo com a melhor qualidade e preço. Uma possível ameaça de processo na justiça pode provocar nesta empresa o receio de perder grande parte dos seus clientes e isso

desencoraja a produção de produtos e serviços potencialmente perigosos (BUTLER, 2015).

O economista concorda com as críticas de que devam existir dispositivos do Estado para complementar o mercado. Porém ressalta que com frequência a cura torna-se um remédio pior que a doença. Além de tais dispositivos elevarem as despesas do governo às alturas, as agências impunham cada novo dia, novos detalhes e extensas exigências gerando pesados custos para as indústrias. O número crescente de exigências torna a indústria um ambiente tão burocrático quanto um governo (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017).

Quanto menos regulado é um setor, de melhor qualidade são seus produtos. Uma grande parcela da população fora persuadida de que empresas privadas produzem sem qualidade quando não vigiadas e de que seriam necessários empregados do governo nessa vigília para o impedimento de produtos enganadores, de riscos ou a preços elevados. Um exemplo de indústria com forte regulação é a ferroviária que na década de 1980 parecia fortemente atrasada em seu tempo e ineficiente em seu trabalho. Um contraste com a indústria automobilística da mesma época que era moderna, pujante e com ampla concorrência disposta a oferecer ao mercado as melhores inovações (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- São importantes tais fiscalizações. Mas em contrapartida é necessário não atribuir mais poderes a tais órgãos. O Estado é um administrador ineficiente e altamente burocrático. Ou seja, estes órgãos devem possuir um limite claro de onde possam agir, para jamais ultrapassá-lo. O que hoje são os controles de carnes impróprias para o consumo humano, amanhã poderá vir a ser o controle da venda para que apenas cortes de carne magra sejam comercializados ou/e a criação de impostos sobre a gordura total presente em cada corte embalado de proteína animal. Em situações como a do exemplo, o Estado estaria preocupado supostamente com nossa saúde, mas em contrapartida ele estaria nos tirando nossa liberdade de escolha (BUTLER, 2015; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017; HARSANYI, 2011).

22 de março de 2017

No dia 22 de março o Ministro Blairo Maggi foi ao Senado Federal para explicar as denúncias da operação carne fraca e defender a instituição sanitária pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para conter os ânimos do senado e do mercado internacional, Blairo Maggi anunciou a suspensão da licença de exportação de 21 plantas frigoríficas em investigação no país (EBC, 2017).

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, participa na tarde de hoje (22) de audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Ele vai explicar as denúncias reveladas pela Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, e detalhar as medidas tomadas pelo governo.

A operação foi deflagrada na última sexta-feira (17) e apura o envolvimento de frigoríficos em um esquema criminoso que subornava fiscais federais para que fosse autorizada a comercialização de produtos que já estavam em condições impróprias para consumo.

A autora do convite a Blairo Maggi na CAE foi a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) que disse estar preocupada com os impactos da Carne Fraca sobre a cadeia produtiva de carnes e também com a forma de divulgação da operação. Na CRA, o autor do pedido foi o senador Lasier Martins (PSD-RS) que quer discutir as medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura em relação às denúncias reveladas.

Desde a deflagração da Operação Carne Fraca, países como China, Chile e a Coreia do Sul anunciaram restrições à importação de carne brasileira. A reação do mercado internacional e também a grande repercussão da operação no Brasil motivaram reuniões do presidente Michel Temer no fim de semana.

O ministro Blairo Maggi também tem mantido uma agenda intensa de reuniões com segmentos envolvidos nas denúncias da operação e anunciou a suspensão da licença de exportação de 21 plantas de frigoríficos sob investigação na operação. O governo federal tem argumentado que as fraudes representam um “fato isolado” e que a inspeção brasileira é “forte, robusta e séria”.

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Busca por medidas rápidas do MAPA para conter os impactos.

Friedman (1974) advertiu que a maior fonte e a que mais dá poderes a monopólios é advinda da assistência do governo, seja diretamente ou indiretamente.

O monopólio privado é um mal menor que o monopólio criado pelo Estado, pois o monopólio do governo é de difícil revogação. O monopólio direto é formado pelos serviços que só o Governo presta como os correios e pela segurança pública. Já o monopólio indireto são as assistências que o governo dá em um setor com legislações, leis e tarifas que podem limitar o número de competidores neste.

O autor possuía grande aversão a programas temporários dos governos para resolução de problemas que existam em dado momento. Para o economista esses programas, começam por temporários, logo após são aceitos pela sociedade como medidas razoáveis e sem que os mesmos notem, seguramente tornam-se permanentes. O que em um futuro cria-se um ambiente de difícil revogação de tais medidas (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O mercado estava ansioso por uma resposta rápida do MAPA, foi o que ocorreu na questão da união de grupos do setor. Porém, não houve maiores investigações internas no ministério, apenas reafirmações na mídia de que o S.I.F. e o MAPA são confiáveis (FRIEDMAN, 1974; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984).

26 de Setembro

No dia 26 de setembro de 2017 a página oficial do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento dava destaque a reunião que pretendia discutir com sindicalistas e com o setor agropecuário mudanças no sistema de inspeção Federal. Essas mudanças segundo Blairo Maggi são uma resposta a pedidos de modernização dos Estados e do próprio setor de carnes (MAPA, 2017).

Representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) e da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária (Anteffa) foram recebidos, nesta terça-feira (26), pelo ministro interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Eumar Novacki, para discutir a proposta de modernização do Sistema de Inspeção Federal em estudo no Mapa. “Transparência e diálogo” foram palavras chaves usadas por Novacki no encontro.

O ministro ouviu reivindicações dos sindicalistas e disse que a direção do ministério está aberta ao diálogo. “Se não tivermos união interna, não vamos avançar nas mudanças que estamos propondo. E, para se alcançar

maior unidade e integração, é necessário que se coloque tudo com muita transparência e abertura”, afirmou.

Tanto representante da Anffa quanto da Anteffa manifestaram preocupação com o que chamam de terceirização de serviços no processo de modernização. No entanto, o ministro interino fez questão de ressaltar que o objetivo é justamente fortalecer a fiscalização e os servidores de carreira. Novacki reiterou que não há definição ainda e que todas as propostas em estudo serão avaliadas.

“Nosso objetivo não é desmantelar o ministério, pelo contrário, fortalecê-lo em um momento em que, pela primeira vez, depois de anos, consegue ter relevância no cenário nacional. Então, nossa ideia é robustecer a instituição e isso passa também pela carreira dos servidores”, ressaltou Novacki. As mudanças, acrescentou, serão feitas com muita serenidade e só depois de ouvir todos os interessados – servidores do Mapa e setor privado.

A modernização do Sistema de Inspeção Federal foi uma determinação do ministro Blairo Maggi, atendendo demanda dos estados e do setor. Maggi determinou estudos que visem aprimorar o sistema sem perder a eficiência e a segurança sanitária. E orientou que todos os integrantes da cadeia produtiva, produtor, indústria e técnicos do ministério, sejam ouvidos.

A primeira reunião foi com a Anffa Sindical, no período da manhã. À tarde, Novacki se encontrou com os dirigentes da Anteffa. Os sindicatos trataram ainda do concurso público para a contratação de 300 veterinários, cujo edital foi publicado nesta terça-feira no Diário Oficial.

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Proposta de modernização do Sistema de Inspeção Federal; Diálogo com sindicalistas e o setor pecuário.

Friedman não via com bons olhos o papel dos sindicatos em uma sociedade de livre comércio. Entre as críticas tecidas pelo autor, estão as de que estes contribuem para o decréscimo do número de vagas de empregos disponíveis, de estarem forçando o Estado a criarem leis paternalistas, de influenciarem no aumento da taxa de inflação através da expansão de salários abruptamente, de criarem diversos monopólios de produtos e serviços, de agirem com práticas violentas em circunstâncias que força o Estado a fazer vista grossa não aplicando suas leis. Eles mostram a imagem de que seus membros filiados têm voz, mas constantemente prejudicam esses filiados, assim como todo o mercado consumidor. O economista afirma que os sindicatos são equivalentes as associações

profissionais e ambos vivem em constante buscas de privilégios e imunidades oriundas do governo (FRIEDMAN; FRIEDMAN; 2017).

O prêmio Nobel em economia usava o termo “enxame de atormentadores do povo” e “devoradores da nossa carne” para designar a criação de novos cargos públicos (FRIEDMAN; FRIEDMAN; 2017).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- É uma atitude correta modernizar as fiscalizações, pois vai ao encontro de novos anseios de uma sociedade em franco crescimento científico, porém, desde que essa modernização não atenda somente a poucos grupos que possuam força suficiente para fazer-se ouvidos e que não se aumente fortemente a verba para estas fiscalizações sobre o pretexto de que com mais verbas oriundas dos pagadores de impostos o sistema irá melhorar (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017; CONSTANTINO, 2014; BUTLER, 2015).

4.3.3 Ação institucional junto aos Estados estrangeiros

05 de abril de 2017

Segundo o Departamento de Estatística e apoio à Exportação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em uma coletiva de imprensa no início de abril de 2017, o governo tomou medidas para reconquistar a confiança e não perder nenhum mercado comprador, e que após um breve susto no começo da quarta semana de março com quedas diárias nas vendas da carne brasileira ao mercado internacional no início do mês de abril as vendas poderiam estar no caminho da normalização (MDIC, 2017).

No dia 05 de abril de 2017 o ministro Blairo Maggi em sua página pessoal agradeceu aos ministros da Agricultura dos países vizinhos Argentina, Uruguai e Paraguai pelo apoio e a afirmação de que acreditam na qualidade da carne brasileira. A declaração foi feita na reunião do Conselho Agropecuário Do Sul (CAS) onde Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai dialogam e harmonizam suas ações no mercado agropecuário (BLAIRO MAGGI, 2017).

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) agradeceu a ministros da Argentina, do Uruguai e do Paraguai pelo apoio dado ao Brasil no momento em que o país enfrentava críticas após a deflagração da Operação Carne Fraca da Polícia Federal. Para o ministro, o apoio dos países vizinhos foi importante, pois confirmou a confiança e a parceria entre eles. A declaração foi feita durante a 33ª Reunião do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), que acontece em Buenos Aires.

O CAS é formado pelos ministros da Agricultura da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. É um fórum de discussão e coordenação de ações e de políticas públicas criados desde 2003. A próxima reunião do conselho será no Brasil, nos dias 29 e 30 de agosto, na cidade de São Paulo, quando também será realizado o Salão Internacional da Avicultura (Siave), para discutir, entre outros temas, o bem estar animal.

A proposta brasileira é discutir na reunião de agosto do CAS uma ação conjunta dos países da região para prevenção da gripe aviária e também para o combate à resistência antimicrobiana. Na semana passada, foi realizado seminário, em Brasília, sobre esse assunto com a participação do Comissário da União Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, Vytenis Andriukaitis. “Não queremos colocar pessoas em risco pelo uso massivo de antibióticos”, alertou o ministro.

Na reunião desta terça-feira (3), na Argentina, Blairo Maggi pediu aos seus pares apoio à candidatura do brasileiro e servidor do Mapa, Guilherme Costa Júnior, à presidência do Codex Alimentarius, que acontecerá em julho. O Codex Alimentarius é reconhecido pela Organização Mundial do Comércio como órgão para a solução de disputas sobre segurança alimentar e proteção do consumidor

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Pedido de ajuda para a eleição de um brasileiro para o Codex Alimentarium; Planejamento do MAPA para não expor a sociedade aos riscos com alimentos com forte presença de antibióticos.

Para Friedman o maior problema da vida em sociedade sempre foi o de saber como travar o crescimento do Estado. O mal de se concentrar poderes não anula-se pelas boas intenções de quem os criou. Um governo tanto pode corrigir, como agravar um problema e por isso a prudência é necessária. Qualquer Estado ao longo da história deverá ter como premissa a não intervenção (BUTLER, 2015).

Em um período de crise como esse os políticos sentem-se livres para atender o receio popular através de uma medida mais midiática, do que de efeito prático, a criação de novas leis. Um número excessivo de leis não desestimula os “fora-da-lei”, mas sim cria uma nação de ilegalidades, onde a força moral da lei

necessária é anulada por diversas leis desnecessárias (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O MAPA acerta em não agir momentaneamente buscando criar novas leis provisórias que burocratizariam ainda mais o setor (BUTLER, 2015; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984).

06 de abril de 2017

Em meados de abril, segundo a Agência Brasil às exportações de carnes do mês anterior março, subiram 22% comparadas ao mesmo período do ano anterior. A agência cita uma forte preocupação do setor agropecuário com o mercado internacional e possíveis boicotes dos consumidores. O aumento do mês de março é atribuído a alta demanda dos mercados do mundo todo por proteína de origem animal. Essas ausências da esperada queda nas exportações renderam elogios para o setor e também, para as medidas tomadas pelo MAPA no período (EBC, 2017). Porém, o otimismo da revelação dos dados de março não se repetiu em abril. Pois, no início de maio foi anunciado que no mês de abril houve uma forte queda de 25,63% no volume das exportações e em 24,60% no faturamento de carne bovina em relação ao mês anterior (ABIEC, 2017).

No dia 06 de abril de 2017 o ministro Blairo Maggi em sua página pessoal informou que o país conseguiu retomar uma grande parcela das nações que haviam imposto restrições a carne nacional. Novamente Maggi faz uma crítica a PF e a forma de divulgação da operação, destacando que a mesma seria sobre a conduta dos servidores públicos e não sobre a falta de qualidade da carne nacional. O ministro crê que a carne nacional é segura, mas defendeu a preocupação desses países que ainda mantinham proibições com o bem estar e a segurança alimentar dos seus cidadãos (BLAIRO-MAGGI, 2017).

O Brasil já conseguiu reabrir a maioria dos mercados que havia imposto restrições às carnes brasileiras, disse o ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), no encerramento da XXXIII Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), em Buenos Aires. As medidas restritivas se deviam à repercussão internacional da Operação Carne Fraca da Polícia Federal, em investigação de frigoríficos. Na Argentina, Blairo

Maggi reuniu-se com ministros da Agricultura da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

“Ainda há alguns mercados fechados no Caribe, mas, ontem, a Jamaica também reabriu e, em seguida, Barbados fez o mesmo”, comentou o ministro. “Assim, sucessivamente, vão sendo retiradas as últimas restrições”, acrescentou, ressaltando que a investigação é sobre condutas de pessoas e não sobre a qualidade das carnes brasileiras. Maggi reafirmou que houve equívoco na forma de divulgação da operação e lembrou que o Ministério da Agricultura enviou aos mercados todos os esclarecimentos solicitados, sempre com muita transparência. “O Brasil deu as devidas explicações não só aqui no CAS, mas no mundo inteiro.”

Maggi destacou ainda que o Brasil compreende a preocupação no mercado internacional. “Todos os países importadores têm o direito de ser mais seletivos e investigativos, para ter mais certeza sobre o que estão recebendo. Não reclamamos disso, porque cada país deve manter a sua legislação e a sua segurança.”

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Preocupação do MAPA com o bem estar social e a concordância da não importação de alguns países.

Para Friedman o papel do governo é o de evitar fraudes. Não o de ser o promotor da “Justiça social” como defendem os Keynesianos, com o seu chamado “estado de bem estar social”. O bem estar que seria vantajoso para uma categoria, não será vantajoso para outra. Após tais benefícios serem requeridos por esses grupos, aumenta-se o poder do Estado, o que diminui a liberdade de todos os indivíduos. Esse não é o papel de um governo, e sim o de manter as mesmas regras para toda sociedade e o de deixar as leis naturais do mercado livre fazerem essa justiça social. O risco de darmos cada vez mais poderes para o Estado, é o risco de perdemos progressivamente a nossa liberdade e o de criarmos um Estado tão forte que somente grupos com amplos poderes e organizados poderão alterar as regras sociais, visando justamente benefícios particulares, destruindo assim a isonomia daquela que é a verdadeira justiça (CONSTANTINO, 2004).

Na visão do autor as intromissões bem-intencionadas do Estado seria um dos maiores perigos para à liberdade individual. Chamando essas intromissões de “coletivistas” e “intervencionistas asfíxiadoras”. Em máxima, a liberdade econômica é

condição *sine qua non* para a liberdade política. Pois, esses controles econômicos cerceiam a liberdade de usarmos os recursos nos pertencentes, e o Estado usurpando esses recursos abriria o caminho para nos tirar também nossa liberdade de expressão, de imprensa e de religião (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017).

Para o economista o revigoramento de um setor em crise não se dará por respostas keynesianas como o intervencionismo coletivista do Estado através de incentivos fiscais e demais ajudas governamentais, mas sim através da volta das ideias da economia clássica. O *welfare state* e as políticas de pleno emprego defendidas pelos keynesianos são justificativas paternalistas, onde alguns poucos decidem por todos (RODRÍGUEZ, 1999).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O Estado não deve ocupar-se sendo um justiceiro social, não foi uma declaração positiva elogiar o bem estar social de cidadãos que são livres para escolher o que comprar (CONSTANTINO, 2004; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017; RODRÍGUEZ, 1999).

22 de julho de 2017

Em julho as exportações de carne de frango cresceram 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, as exportações de carne suína registraram queda de 6,8% (ABPA, 2017). As exportações de carne bovina tiveram o melhor mês em resultado de receita em 2017, com um aumento de 31% (ABIEC, 2017).

No dia 22 de Julho de 2017 o Governo americano resolve suspender a importação de carne bovina *in natura* que venha do Brasil. No mesmo dia o ministro Blairo Maggi concedeu uma entrevista de imprensa no intuito de informar e tranquilizar o Governo e o mercado americano sobre a qualidade e procedimentos da pecuária e da indústria brasileira. Na coletiva Maggi destacou os anos de trabalho para a abertura das vendas de certos tipos de cortes da carne nacional para o mercado americano, mercado este que figura sempre entre os maiores mercados consumidor de carne do mundo (EBC, 2017).

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse que deve viajar aos Estados Unidos para prestar esclarecimentos e tentar reverter a suspensão à importação de carne bovina fresca vinda do Brasil. Ontem (22), o governo americano anunciou a suspensão alegando preocupações recorrentes em relação à segurança dos produtos destinados ao mercado americano.

Segundo Maggi, serão enviadas as informações necessárias às autoridades americanas e então ele irá ao país em busca de reestabelecer as importações do produto brasileiro.

Governo americano suspende todas as importações de carne fresca do Brasil

“Como é uma suspensão temporária, estaremos trabalhando na semana que vem para finalizar os planos que já vínhamos fazendo no ministério e pretendo, assim que possível, assim que os americanos receberem as informações do Brasil, me deslocar até os Estados Unidos com uma equipe para que a gente possa fazer as discussões necessárias e reestabelecer este mercado tão importante que o Brasil conquistou nos últimos anos”, disse Maggi em áudio divulgado nas redes sociais.

Em comunicado, o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Sonny Perdue, informou que a suspensão dos embarques permanecerá em vigor até que o Ministério da Agricultura brasileiro tome as medidas corretivas que o Departamento de Agricultura americano considere satisfatórias. A suspensão atinge as 13 plantas frigoríficas brasileiras que estavam habilitadas a exportar para os Estados Unidos.

Blairo disse ainda que o governo brasileiro já estava atento ao assunto e na última quarta-feira (21) suspendeu as exportações de carne bovina fresca de cinco frigoríficos brasileiros para os Estados Unidos, depois de autoridades sanitárias americanas identificarem irregularidades provocadas pela reação a componentes da vacina contra a febre aftosa. Ele explicou que a reação provoca um caroço na carne no local onde o animal é vacinado que, no entanto, não oferece risco à saúde pública.

Segundo o ministro Blairo Maggi, será aberta uma investigação para apurar o tipo de reagente que está sendo utilizado na vacina e se de fato está deixando os resíduos nas carnes exportadas para os Estados Unidos.

O ministro disse que o governo brasileiro trabalha para resolver o problema de forma rápida. “Concordamos com a posição americana, vamos corrigir, porém, temos que lutar porque é um mercado muito importante”, disse. E completou “Vamos correr atrás e tentar resolver esse assunto o mais rápido possível já que a pecuária brasileira passa por um momento muito difícil, com preços baixos para os produtores”.

Em julho do ano passado, após 17 anos de negociações, o Ministério da Agricultura concluiu acordo com os Estados Unidos para exportação de carne bovina fresca para o mercado norte-americano. Até então, os brasileiros vendiam apenas carne bovina industrializada para os Estados Unidos em função das rigorosas exigências sanitárias impostas pelo país.

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Preocupação com a perda de um dos maiores mercados consumidores de proteína animal do mundo; Alerta sobre represálias protecionistas.

Para Friedman o Estado possui uma desmedida preocupação na questão da balança comercial sofrer déficits. O que gera sempre mais subsídios de exportação, quotas e tarifas nas importações, para que o mesmo tente equilibrar a balança comercial. Em seguida as outras nações criam retaliações, gerando novos agravantes econômicos (BUTLER, 2015). O senso comum de que, exportar é bom e importar é ruim seria uma grande falácia, pois as exportações é um preço a se pagar por termos importações (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017).

Para Gianturco (2016) o americano Nobel em economia afirma a existência de uma correlação positiva entre corrupção e intervencionismo estatal, ou seja, quanto mais protecionismo e regulamentações um estado possuir, mais corrupção ele terá.

Para Friedman e Friedman (1984) o “protecionismo” poderia também ser chamado de “exploração do trabalhado” e “balança comercial favorável” onde ocorre o fato de uma nação exportar mais do que importar de “pagar mais por menos”.

O livre comércio entre nações não só cria o bem estar material, como cria um ambiente de paz e harmonia entre os povos e tira da zona de conforto a concorrência interna de ambos os países envolvidos. Controles econômicos como tais medidas protecionistas começam por tirar a nossa liberdade de uso do próprio dinheiro e muitas vezes terminam por afetarem a nossa liberdade de expressão, imprensa e religiosa (Friedman; Friedman, 2017).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O MAPA erra em se preocupar tanto com déficits na balança comercial. Mas teve uma atitude acertada em evidenciar a necessidade da retomada de tamanho mercado consumidor (BUTLER, 2015; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017).

01 de agosto de 2017

Em agosto a exportação de carnes brasileiras aparentava sair de um período de crise para um período de crescimento das vendas. Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA (2017) a carne suína exportada no mês teve um aumento de 4,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a carne de frango que teve um aumento ainda mais expressivo 14,6%.

Acerca das exportações de carne suína, o acumulado do ano até o mês de agosto chegou a US\$ 1,006 bilhão, contra US\$ 812 milhões do mesmo período do ano anterior nas receitas de vendas de carne *in natura*. Porém, em volume exportado nesse período dos oito primeiros meses de 2017 teve uma leve retração de 2,3% frente a 2016 (ABPA, 2017).

Se de um lado o mês de agosto foi propício para o setor de carne suína e de frango, o setor de carne bovina ainda sofria uma dura perda de mercado consumidor. No dia 01 de Agosto de 2017 o Ministério da Agricultura em conjunto com o Itamaraty divulga um comunicado sobre a ida do Ministro Blairo Maggi aos Estados Unidos Da América. No comunicado são criticadas as barreiras não tarifárias dos americanos que dificultam a venda da carne nacional em especial as barreiras sanitárias e fitossanitárias que órgãos do Estado brasileiro evidenciam no texto como possivelmente uma medida protecionista (ITAMARATY, 2017).

Depois de demorados processos de fornecimento de informações, assinamos no ano passado o compromisso de liberalização da carne bovina “in natura”. Com muito trabalho e esforço técnico entre os dois países, concluímos a negociação do certificado sanitário internacional, com a participação decisiva do Ministro Blairo Maggi em Washington. Brasil e EUA realizaram auditorias recíprocas nos controles de inspeção da produção, concluindo pela equivalência de seus sistemas sanitários. É uma vitória do nosso agronegócio.

Tenho chamado a atenção para o fato de que, no comércio internacional, as barreiras não tarifárias são um impedimento insidioso à expansão de nossas exportações. Ao contrário das tarifas de importação, que são transparentes e foram reduzidas, para a maioria dos produtos, por sucessivos compromissos no âmbito da OMC, as medidas não tarifárias assumem formas diversas e, por isso, é mais difícil combatê-las.

Para o Brasil, que é um exportador agrícola muito eficiente, as barreiras não tarifárias são um obstáculo importantíssimo. Os produtos agrícolas enfrentam políticas protecionistas em muitos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Por isso, apesar de todas as rodadas de negociação da OMC, as tarifas de importação tendem a ser altas.

Nos acordos de livre comércio bilaterais, muitos países excluem produtos agrícolas da liberalização. Mas as restrições não tarifárias na área dos produtos agrícolas são muito poderosas e, mesmo quando se consegue superar tarifas, elas podem impedir a entrada de produtos no mercado. Em geral estamos falando das medidas sanitárias e fitossanitárias, que têm um objetivo legítimo quando evitam que doenças e pragas se espalhem e

prejudiquem a produção, mas que podem ser utilizadas com objetivos protecionistas.

Por isso, o Itamaraty e o Ministério da Agricultura têm trabalhado com afinco e coordenação, utilizando nossa rede de Embaixadas, para cumprir com as exigências dos países importadores, quando legítimas, e para combater as medidas ilegítimas com todos os instrumentos disponíveis, inclusive com recurso ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC, como é o caso, atualmente, em relação a certas medidas adotadas pela Indonésia.

Não temos dúvidas de uma coisa: da qualidade do produto do campo brasileiro. Carnes bovinas, por exemplo, são exportadas para mais de 136 países no mundo todo, colocando o Brasil na posição de segundo maior produtor e exportador mundial – uma parcela de 20% do mercado mundial. São cerca de 1.4 milhões de toneladas por ano com as quais o Brasil ajuda a alimentar a população mundial, que, em 2015, rendeu aproximadamente 6 bilhões de dólares para fortalecer a balança comercial brasileira.

A conclusão do processo de autorização para que o Brasil exporte carne “in natura” para os Estados Unidos é, nesse sentido, um desenvolvimento natural, pelo qual os norte-americanos reconhecem a qualidade do sistema sanitário brasileiro e da carne produzida aqui. Embora se tenda a pensar na produção de carne como um produto primário, pouco sofisticado, na realidade a carne exportada embute um valor expressivo de serviços, insumos industriais, tecnologia, inovação e empreendedorismo. Contribui dessa forma não só para a balança comercial, mas para o desenvolvimento do Brasil. A pujança do campo brasileiro o atesta.

Declarações e medidas tomadas pelo ministro Blairo Maggi e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encontradas segundo a análise do pesquisador:

- Defesa da cadeia agropecuária brasileira e dos seus profissionais do campo ao porto; Crítica ao protecionismo americano.

Friedman apresentou em sua extensa obra que ao longo da história moderna, quando ocorre uma crise em um setor, alguns grupos pedem para que o Estado intervenha através de incentivos, medidas protecionistas e até para que atue como um *player* no mesmo. Assumindo assim, um possível novo monopólio sob os argumentos de que eles eram setores de risco, estratégicos para o país ou que não eram bem realizados de forma livre pelos indivíduos. O que era anteriormente o trabalho de um livre mercado formado pelo esforço de milhões de pequenos conhecimentos, torna-se algo centralizado a serviço de meia dúzia de burocratas políticos (CONSTANTINO, 2004).

O economista acreditava que o empresariado em sua maioria é favorável a livre iniciativa de mercado. Mas quando medidas estatais reduzem a concorrência

e criava-se um ambiente menos competitivo em determinado setor, esse mesmo empresariado ali presente percebia a vantagem e se opunha a livre iniciativa que até então era favorável (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984).

A ótica de Milton Friedman acerca das declarações e medidas:

- O MAPA acerta em criticar o protecionismo americano e em manter a cautela e não atuar mais fortemente no setor de carnes. Houve um acerto em não se criar novos incentivos fiscais para o setor no período (CONSTANTINO, 2004, FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1984; HARSANYI, 2011).

4.4 A ÓTICA DE ROGER SCRUTON SOBRE A ÉTICA E MORALIDADE NOS GOVERNOS E SUAS INSTITUIÇÕES COMO O S.I.F.

Na presente sessão será feita uma análise da obra de Roger Vernon Scruton no que tange aos seus livros publicados sobre o conservadorismo. O primeiro, “O que é conservadorismo” foi publicado em 1980 na tentativa do autor de deixar uma base do que é o pensamento Conservador e o segundo, “Como ser conservador”, publicado em 2014 apresenta mais visões do conservadorismo e opiniões sobre o primeiro livro. Nesse estudo buscou-se encontrar à visão do autor sobre o que seria a sua hipotética opinião sobre o Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.) e a moralidade na instituição.

4.4.1 A afirmação do poder do Estado e de seus órgãos

Coutinho (2014) fez uma análise de ambos os livros do autor e acredita que no pensamento conservador de Scruton o governo deverá ser sempre temporal, respeitando à época que ele está, e dependerá de para quem se governará, respeitando à qual povo e região ele se destinará. Sabendo disso, para Scruton o Estado tem o direito de preservar a civilidade através de suas instituições. Isso se afirma no seu livro “O que é conservadorismo”, onde Roger Scruton (1980, p.45) diz:

Na política, a atitude conservadora procura, acima de tudo, a autoridade e julga que nenhum cidadão possui um direito natural que transcenda sua obrigação de ser governado. Qual a utilidade de um direito sem o poder coercitivo e duradouro que o sustenta?

Claramente o autor acredita na autoridade do Estado e que todos os cidadãos devam respeitar a autoridade do mesmo. O desejo em se conservar e manter uma ordem social define para Scruton (1980, p.53) o papel do Governo e suas instituições no meio.

[...] em resumo, o conservadorismo surge diretamente da sensação de pertencimento a alguma ordem social contínua e preexistente e da percepção de que esse fato é importantíssimo para determinar o que fazer. A “ordem” em questão pode ser a de um clube, a de uma sociedade, a de uma classe, a de uma comunidade, a de uma igreja, a de um governo e suas instituições.

Para o autor os membros da sociedade necessitam, se assim desejarem, pertencerem a diversas ordens sociais e são essas ordens que o conservadorismo deseja preservar para que continuem perenes com o passar dos tempos. Quanto aos órgãos do Estado e à proteção desses, Scruton (1980, p.49) acredita que deverão ser preservados assim como se preserva um governo.

...Trata-se de uma liberdade pessoal específica, o resultado de um longo processo de evolução social, o legado de instituições sem cuja proteção ela não poderia perdurar. A liberdade nesse sentido (o único sentido que importa) não é a pré-condição de um arranjo social reconhecido, mas sua consequência. A liberdade sem instituições é cega: ela não consolida nem a continuidade social genuína nem a escolha individual genuína. Ela não significa mais que um aceno nem vácuo moral.

O autor em sua visão de liberdade acredita que a vida em sociedade depende das instituições criadas a partir da evolução social e de seu governo. Comparando as diferenças do conceito de liberdade entre o liberalismo econômico e o conservadorismo, Scruton (1980, p.50) reafirma assim a autoridade de um governo:

Uma grande diferença entre o conservadorismo e o liberalismo, consiste, por conseguinte, no fato de que, para o conservador, o valor da liberdade individual não é absoluto, mas sujeito a outro valor mais elevado: a autoridade do governo existente.

O autor tinha descrença na individualidade dos liberais porque conforme Edmund Burke havia previsto que uma sociedade onde a individualidade humana ameace a obediência às instituições e às tradições de onde às mesmas prosperaram. Esta sofrerá o caminho da poeira e das cinzas do individualismo. Em suas obras mais atuais como em: “Como ser conservador” de 2014, Scruton (2014 p. 203) discorre sobre o papel do Estado no conservadorismo frente ao liberalismo, socialismo e ao estado de bem estar social:

[...] o papel do Estado é, ou deveria ser, menor do que aquele que os socialistas exigem e maior do que os liberais clássicos permitem. O estado tem uma finalidade, que é proteger a sociedade dos inimigos externos e das desordens internas. Não pode ser somente o “Estado guarda noturno” ... porque a sociedade civil depende de vínculos afetivos que devem ser renovados e, nas atuais circunstâncias, esses vínculos não podem ser renovados sem a oferta coletiva de bem-estar social. Por outro lado, o Estado não pode ser o provedor e o regulador universal como defendido pelos igualitaristas, pois o valor e o compromisso emergem de instituições autônomas que só brotam se puderem crescer de baixo para cima.

Nesta sua obra mais recente ele volta atrás em muitas críticas que havia feito ao liberalismo no livro de 1980, acreditando que as ideias liberais foram de suma importância para a sociedade inglesa e para o conservadorismo no Governo Thatcher. Porém algumas regulações ele concorda, segundo o autor, a oferta de bem estar social sem entrar naquilo que ele considera igualitarismo, seria a qual haveria interferência no controle da qualidade da carne produzida no país através de leis eficientes e instituições para averiguar. E não no caso do presente estudo o Estado intervindo na produção da mesma, em regulações de preços, empréstimos de dinheiro do contribuinte para financiar empresas ou a entrada do governo como uma empresa no setor para mostrar que o mesmo está preocupado com a carne nacional.

4.4.2 A afirmação do poder das instituições do Estado e o caso S.I.F.

Segundo a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA (2016) o Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.) é uma instituição ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro que possui mais de 100 anos. Ele apresenta um mecanismo de controle sanitário no território nacional de produtos advindos em sua origem animal. Atuando em 5.010 estabelecimentos de comércio e possuindo 2.587 servidores. Presente em todos os estados e em 1.535 municípios brasileiros. Sendo um dos símbolos mais reconhecidos do Governo Federal e projetando a agropecuária nacional no mundo.

Desses 2587 servidores segundo o MAPA (2017), 32 se beneficiaram do esquema de venda de carne imprópria para o consumo humano. Scruton (1980, p. 64) apresenta à visão de que as instituições do governo como o S.I.F., devem ser respeitadas e devem se fazer respeitar. Estas devem, com ética e afinco zelar para

com todos os membros da sociedade, para que assim, a ordem social permaneça em harmonia.

É um fato notável que as pessoas reconheçam autoridade em seus companheiros, em organizações sociais, em instituições e no estado. É igualmente notável que essa autoridade possa exigir a obediência dessas pessoas a tal ponto que elas possam morrer voluntariamente por ela, assim como poderiam fazê-la por qualquer ideal ou credo religioso. Na medida em que as pessoas mostram disposição para sacrificar suas vidas por algo maior do que elas [...] então a nação e a ordem social são beneficiárias de tal gesto.

Porém, essa obediência no conservadorismo entra na questão de intensidade onde ela deve ser calorosa em alguns momentos e amena em outros, ela deve existir até certo ponto. Já sobre o Governo e suas instituições, eles devem cumprir o que seria um contrato nunca assinado de respeito moral, que seria continuo dentro dessas instituições para que assim como quem entrou anteriormente em tais, cumpriram seus deveres. Os que entraram agora respeitarão os membros da sociedade com serviços prestados de forma ética. Conforme Scruton (1980, p. 66) explana:

[...] tem tanta relação com os fatos, no entanto, quanto a ideia de que meus pais e eu certa vez firmamos secretamente um contrato segundo o qual eles me alimentariam e me educariam em troca do futuro cuidado que eu teria com eles. Naturalmente nem todo contrato precisa ser explícito: há contratos implícitos na lei, selados, por exemplo, por um ato de cumprimento parcial. Mesmo, porém, em contratos implícitos deve haver, em algum ponto, uma escolha e uma deliberação, um conhecimento das consequências, uma crença, ou um reconhecimento mútuo, na troca de promessas.

Os Fiscais Federais Agropecuários ao aceitarem propinas colocaram em risco a ordem social e essa obrigação de gratidão estabelecida que é a pedra angular da política social defendida por Scruton. O que pode trazer no futuro uma ética mais branda dentro do S.I.F. que terá consequências imprevisíveis para a instituição. Deixando assim, toda a sociedade em desconfiança com essa instituição governamental. Estes Fiscais Federais devem estar cientes que existe um valor de conduta que na vida em sociedade deve ser primordial para o homem que trabalha em esfera pública, atendendo assim às vontades preestabelecidas pela mesma. É o que diz na ótica de Scruton (1980, p.57):

A participação numa organização social significa portar não apenas um conjunto de crenças, expectativas e sentimentos concidadãos, mas também um modo de ver, por meio do qual o valor da conduta possa ser reconhecido. Esse valor não será o produto de algum princípio abrangente aplicado abstratamente [...] onde, devemos reconhecer que a sociedade também tem uma vontade, e que uma pessoa racional deve estar aberta a sua persuasão.

Para o autor o valor de conduta é imprescindível em uma sociedade e o Estado deve apoiar essa conduta correta. No caso dos servidores públicos o reconhecimento por bons serviços deve ser valorizado, e reconhecer os que têm uma conduta digna da instituição para Scruton é um dos papéis do Estado. A vontade da sociedade de ter confiança no que está se alimentando deve ser levada em conta, como ficou claro na descrença dos consumidores com a procedência e qualidade da carne nacional.

4.4.3 O Patriotismo Indispensável, as leis e a relação com o S.I.F.

De acordo com Berlanza (2015) o pensamento do conservadorismo presente na obra de Scruton, crê na importância de valores morais, dos aspectos culturais e na valorização do Estado-nação como base do sucesso ou não de uma economia de mercado. Tendo todas essas características fortalecer-se-iam os vínculos de um povo e criar-se-ia o envolvimento necessário para que uma nação prospere. Para Scruton (2014, p. 59) o nacionalismo ou patriotismo deve ser valorizado pelo Estado para que exista ordem em uma sociedade, como afirma em:

O Estado-nação, como o concebemos, é o subproduto da sociabilidade moldada pela “mão invisível” dos incontáveis acordos firmados entre pessoas que falam a mesma língua e vivem próximas. É o resultado das soluções conciliatórias obtidas após muitos conflitos e expressa a concordância construída vagarosamente entre vizinhos, tanto para garantir o espaço do outro quanto para proteger essa área como um território comum. Isso depende de costumes localizados e de uma rotina comum de tolerância... agimos assim porque acreditamos **pertencer** a um **lar comum**.

Foi uma longa evolução da sociedade até chegarmos ao que na modernidade conhecemos como Estado-nação. E Scruton reconhece que o conservadorismo tem a obrigação de preservar tais vínculos e que o patriotismo deve ser promovido pelo Estado, porque ele é uma solução conciliatória de conflitos entre pessoas, onde às vezes através do mesmo sentem-se membros pertencentes de um lar comum. Porém esse patriotismo não pode se transformar em uma submissão absoluta e cega no homem. Na ótica do autor um servidor público, como os agentes de inspeção sanitária, tem que sentir-se parte da nação e ter a noção clara que seus atos beneficiam a paz na sociedade, como um contrato dos que estão vivos com os que nascerão, e receberão os benefícios que estes estão

retransmitindo. Quanto às leis de um Estado, estas deveriam para Scruton (1980, p. 138, grifo do autor) proteger diversos vínculos sociais e de confiança:

Qual é, então, a legítima esfera da lei? A lei é a vontade do Estado e a expressão doméstica do seu poder. E já que o Estado e a sociedade civil são interdependentes, a legítima esfera da lei inclui tudo o que diz respeito à continuidade social, tudo o que pode reconhecidamente necessitar de proteção estatal. A lei deveria cobrir toda atividade pela qual os vínculos de confiança e fidelidade estão cimentados ou quebrados [...] A autoridade da lei, embora filtrada pelo aparato estatal, depende do sentido de coesão sócia. Nenhuma lei que tente transcender esse sentido terá a firme adesão dos cidadãos. Igualmente, em qualquer área da vida social que seja vital – quer para a força do lado social, quer para a imagem dos seus participantes-, a lei poderá interferir de forma legítima. Assim sendo, é inevitável que devam existir leis para a família, leis de planejamento, leis que regulam dia e hora de trabalho, bem como o lazer, bem como **leis que controlam a natureza das substâncias tóxicas permitidas.**

Sob a ótica de Scruton tanto às drogas ilícitas, quanto a comercialização de produtos como a carne adulterada deveriam ser punidos pela lei com rapidez e rigor, pois por exemplo no caso dos responsáveis por tal ato, estes feriram a continuidade social e a confiança que as pessoas possuem em uma instituição de fiscalização contra danos à saúde como o S.I.F. Porém o mesmo não acredita que penas duradouras e a manutenção da prisão para tais casos seja a única forma de punição, pois nos presídios ocorrem o que ele classifica como uma matemática do crime, com a criação de valores e tradições subversivas. O autor preferiu não citar em sua obra que tipo de punição seria a correta, mas usou o exemplo de que um assalto a um veículo dos correios jamais deveria ser considerado pior que um assassinato a sangue frio (Scruton, 1980).

4.4.4 Valores morais e a relação com o caso do S.I.F.

Sob valores morais, Scruton (2014) apresenta críticas ao que ele designa como relativismo moral, onde os relativistas morais afirmam que julgamentos morais não estão dotados de qualquer força absoluta. E esta visão moral está na atualidade influenciando às pessoas comuns que nunca debateram com visões contrárias à esta. A mesma tem provocado pontos de vista dependentes de cada sujeito e este julga por si só e não poderá sofrer julgamentos. E ao crer que tudo é compreensível e tudo é perdoável, o julgamento moral perde a sua importância. Com a descrença nos valores religiosos que apresenta posições morais milenares o relativismo vem se

fortalecendo e estes valores morais passados de geração para geração estão sendo desacreditados.

Para Scruton (2014, p. 213) os valores morais advêm do que o autor chama de esferas de valores e estas são compostas pela religião, a família, as tradições e o amor pela beleza.

A medida que a religião se retira da vida pública, a educação moral torna-se, cada vez mais, uma preocupação da família, que é a base e a fonte dos vínculos afetivos fundamentais. A família foi considerada por todos, de ST. Just a Lenin, como inimiga dos projetos revolucionários. Marx e Engels dedicaram um livro à destruição da “Sagrada Família”, que viam como a excrecência ideológica da propriedade e da exploração.

Scruton (2014, p. 230) exemplifica as tradições como uma transmissão moral de valores.

Assim como os costumes emergem, ao longo do tempo, de inúmeros esforços dos seres humanos para coordenar a conduta, o mesmo acontece com as tradições, que nascem das discussões, alusões e comparações com as quais as pessoas preenchem as horas livres. Uma cultura é uma maneira de transmitir, de geração para geração, o hábito do juízo. Esse hábito de julgamento é vital para o desenvolvimento moral e é o fundamento dos ritos de passagem pelos quais os jovens deixam a fase de adolescência e assumem obrigações na vida adulta. Por isso, uma sociedade sábia requer uma cultura sábia, e assim o é, mesmo que a cultura, como a defino, não seja fruída por muitos, mas por poucos.

O autor afirma que a preservação das tradições é um dos meios para o desenvolvimento moral em qualquer sociedade.

A ordem econômica em qualquer sociedade é dependente de uma ordem moral (SCRUTON, 2014). Onde a ordem moral está em declínio ocorrem essas corrupções como as dos servidores públicos que acabaram por abalar um dos setores mais importantes da economia brasileira, o setor da indústria pecuária.

4.5 FATORES ÉTICOS E MORAIS INFLUENCIADORES DA CRISE NAS CARNES NA ÓTICA DE ROGER SCRUTON

Para Scruton (1980) e Scruton (2014) a regulação do Estado através da fiscalização por um órgão competente é moralmente aceitável e tido como necessário para a continuidade da ordem social. De acordo com a obra do autor e o estudo do caso ocorrido no país, encontrou-se os seguintes fatores éticos e morais influenciadores da crise de corrupção nas fiscalizações das carnes no Serviço de Inspeção Federal:

1. Falta de reconhecimento por parte desses servidores públicos da autoridade do Estado da qual eles seriam uma parte essencial na ordem social e moral, parte essa de fiscalizadores e aplicadores da lei;
2. Falta de respeito à ordem social existente, onde não se preocuparam com a imagem do seu cargo e do seu setor, colocando em risco um importante braço da economia nacional;
3. Falta de patriotismo e do sentimento de pertencer a um lar comum;
4. Aceitação do relativismo moral onde o certo e o errado são colocados como apenas opiniões individuais sem nenhuma importância;
5. Falta de valores religiosos, de respeito a própria família e das famílias que iriam se alimentar da carne ou que dependam do comércio da mesma. E falta de respeito às tradições que demoraram muitos e muitos anos de adaptações para possuir o equilíbrio do funcionamento social. O que somos dentro de uma profissão, depende do que fomos (e somos) fora desse ambiente de mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo foi possível reiterar a relevância da pecuária na economia nacional, esta, que faz parte da cultura brasileira e proporciona milhares de empregos diretos e indiretos do campo à indústria. Também, a importância da avaliação de planos econômicos ministeriais para as contenções de crises e a necessidade de uma ordem moral para o funcionamento de qualquer governo e sociedade de livre mercado.

A instabilidade que ocorreu no setor pecuário no Brasil pós-operação carne fraca possuiu destaque nas mídias de todo o mundo, pois nações e consumidores ficaram receosos com a qualidade da carne brasileira. Porém, após seis meses da deflagração da operação que provocou perdas econômicas e na confiança dos consumidores no setor, o consumo e as exportações de carnes aparentam estar voltando aos níveis de normalidade de vendas semelhantes a períodos anteriores à crise (ABIEC, 2017; ABIEC, 2017; ABPA; 2017).

Um lado positivo desses acontecimentos todos é que a situação de tensão criou uma nova experiência no agronegócio brasileiro para o contorno de crises. Mas, vale destacar que incertezas assim não são novidades no país, conforme o estudo demonstrou, existiram sim outras adversidades no Brasil ao longo do século XX com similaridades a que ocorre na atualidade. Os destaques ficaram para a crise da broca do café de 1924, com diversas características próximas com a que o setor de carnes vem enfrentando, e para a Crise dos Seringais da Amazônia que enfrentou também mais de um século atrás situações semelhantes. A descoberta de crises com características similares responde o primeiro objetivo do presente estudo.

A situação de tensão que o setor de carnes presenciou no período pós operação carne fraca forçou o MAPA a tomar medidas para reverter a queda nas vendas da proteína animal produzidas no país. Já não obstante esse fator, era necessário reverter o descrédito no ministério e no seu Serviço de Inspeção Federal pelo mercado consumidor amedrontado e pelas diversas nações exportadoras da carne brasileira.

No que diz respeito ao segundo objetivo, na ótica de Milton Friedman houveram diversos erros e acertos na busca do ministério para a retomada do mercado e da sua confiança. Em destaque nas questões de erros, o ministro Blairo

Maggi falha na maioria dos comunicados e coletivas de imprensa ao ficar reafirmando que o S.I.F. era seguro, mas em contrapartida, reconheceu os muitos erros nas fiscalizações encontradas nos 2 anos de investigações da PF no setor. Houveram alguns anos de negligências para apurar as denúncias de esquemas entre fiscais e empresas do setor (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980, FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017, EBC, 2017).

Essas denúncias vieram de Daniel Gouveia Teixeira, fiscal agropecuário que por anos ficou denunciando para seus superiores no MAPA. O agente de inspeção afirmou que nada foi apurado pelo ministério, ele só conseguiu ser ouvido ao fazer as denúncias a PF (SENADO, 2017). Não houve o que na ótica de Friedman as medidas que o mercado esperava, o Estado de fato, não só em declarações como um forte árbitro e legislador (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2017). Medidas como de exemplo, grandes demissões e forças tarefas para averiguar as fiscalizações em outros setores da alimentação como o leite e as hortaliças para buscar se a corrupção não se alastrara.

Porém houveram diversos anúncios e medidas assertivas por parte do MAPA na ótica do renomado economista americano, como por exemplo a crítica ao protecionismo americano, a ausência de criação de novas leis, a preservação das regras do jogo dos preços acerca da não implantação de programas temporários que burocratizariam o setor e que certamente envolveriam incentivos fiscais e demais proteções à indústria (FRIEDMAN, 1974; FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980; BUTLER, 2015; CONSTANTINO, 2012).

Em relação ao terceiro objetivo, na ótica do intelectual britânico conservador Roger Scruton (1980; 2014) e de acordo com as pesquisas em seus livros, foram encontrados diversos pontos sobre os possíveis fatores ético e morais influenciadores da corrupção dos servidores do S.I.F. que impactaram na crise das carnes. Em destaque estão, a falta de reconhecimento da autoridade do Estado, das tradições e do sentimento de pertencer a uma ordem social existente que beneficia a atual geração, assim como beneficiou a geração passada e beneficiará a futura. E da aceitação do relativismo moral, onde os valores são apenas meras opiniões individuais.

A partir dos estudos realizados, recomenda-se aos órgãos do Estado buscarem respostas no passado para vencerem crises, pois como demonstrado no estudo muitos erros costumam-se repetir.

O trabalho realizado proporcionou ao pesquisador, um conhecimento mais amplo e aprofundado sobre o papel de um governo em momentos de crise em um dado setor da economia. E proporcionou a academia uma inédita catalogação de crises ocorridas no setor agropecuário, assim como suas classificações quanto às origens. Além disso, possibilitou vincular os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Entende-se que houveram diversas limitações para maiores aprofundamentos no estudo, sobretudo pelo tempo escasso. O presente trabalho pode vir a ser complementado em um futuro artigo científico ou em uma continuidade por meio de uma dissertação de mestrado.

Sugere-se como tema de trabalhos futuros, uma catalogação com um período maior e maiores detalhamentos das crises brasileiras na agricultura e suas causas. Novas comparações na ótica de autores reconhecidos da economia com relevantes problemáticas governamentais. Registra-se aqui também, a sugestão para que a biblioteca da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) adquira em seu acervo os principais livros de Milton Friedman e também os de Edmund Burke e Roger Scruton autores destaques no presente estudo, para que todos os estudantes possam pesquisar tais importantes obras.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 290 p.

ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. **Exportação de carne bovina brasileira registra crescimento de 22% em faturamento e 20% em volume em março**. Disponível em: < <http://abiec.com.br/download/release-exportacoes-abril2017>> Acesso em 27 abr. 2017.

ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. **Exportações em julho de carne bovina brasileira têm o melhor resultado de 2017**. Disponível em: < <http://www.abiec.com.br/download/release-030817.pdf> > Acesso em 27 abr. 2017.

ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. **Preços médios da carne bovina têm alta de 1,38% em abril**. Disponível em: < <http://www.abiec.com.br/download/release-precos-120517.pdf>> > Acesso em 27 abr. 2017.

ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **Brasil exporta 416,8 mil toneladas de carne de frango em agosto**. Disponível em: < <http://abpa-br.com.br/noticia/artigos/todas/brasil-exporta-4168-mil-toneladas-de-carne-de-frango-em-agosto-2200>> Acesso em 22 set. 2017.

ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **Exportações de carne suína chegam a 68,7 mil toneladas em agosto**. Disponível em: < <http://abpa-br.com.br/noticia/exportacoes-de-carne-suina-chegam-a-687-mil-toneladas-em-agosto-2215>> Acesso em 22 set. 2017.

ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **Exportações de carne de frango crescem 6,2% em julho**. Disponível em: < <http://abpa-br.com.br/noticia/artigos/todas/exportacoes-de-carne-de-frango-crescem-62-em-julho-2154>> Acesso em 22 set. 2017.

ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **Qualidade não está em xeque, afirma o presidente da ABPA**. Disponível em: < <http://abpa-br.com.br/noticia/artigos/todas/qualidade-nao-esta-em-xeque-afirma-o-presidente-da-abpa-2139>> Acesso em 22 set. 2017.

BERLANZA, Lucas. **O liberalismo comentado por Roger Scruton em “Como ser um conservador”**. Disponível em: < <https://www.institutoliberal.org.br/o-liberalismo-comentado-por-roger-scruton-em-como-ser-um-conservador/> > Acesso em 22 jun. 2017.

BLAIRO MAGGI. **Maggi agrade o apoio dos países vizinhos após a operação carne fraca**. Disponível em: < <http://blairomaggi.com.br/noticia/cas-maggi-agradece-apoio-de-paises-vizinhos-apos-operacao-carne-fraca>> Acesso em 15 set. 2017.

BLAIRO MAGGI. **Balanço das análises já feitas em carnes descartam problemas para a saúde humana.** Disponível em: <<http://blairomaggi.com.br/noticia/balanco-analises-ja-feitas-em-carne-descartam-problemas-para-saude-humana>> Acesso em 10 set. 2017.

BLAIRO MAGGI. **Ministro tem falado com autoridades para esclarecer às medidas adotadas.** Disponível em: <<http://blairomaggi.com.br/noticia/ministro-tem-falado-com-autoridades-para-esclarecer-medidas-adotadas>> Acesso em 09 set. 2017.

BONDARIK, Roberto. **Revista Cafeicultura: Geada Negra de 1975 Por Roberto Bondarik.** Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=34023>> Acesso em 25 ago. 2017.

BORGES, Ana Claudia Giannini; DE MIRANDA COSTA, Vera Mariza H. **A evolução do agronegócio citrícola paulista e o perfil da intervenção do estado.** Revista ReBraM, v. 9, n. 2, p. 101-124, 2015. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/legado/revistauniara/pdf/17/rev17completa_14.pdf> Acesso em 28 ago. 2017.

BUTLER, Eamonn. **Milton Friedman: As ideias e influencias do economista que liberalizou os mercados e moldou o mundo em que vivemos.** Lisboa: Lua de Papel, 2015.

CAMOLEZI, Bruno Aurélio; COSTA, Julia Marcon. **A substituição de culturas e a dinâmica populacional no norte paranaense entre 1930-2005.** 2009.

CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da economia.** São Paulo: Ática, 1997

CARVALHO, Maria Auxiliadora; SILVA, César Roberto Leite; NETO, Afonso Negri. Exportações brasileiras de produtos agrícolas e mudanças na demanda mundial de alimentos. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 133-145, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643047>> Acesso em: 15 mai. 2017.

CASTRO, Alexandre Samy de; ROSSI JÚNIOR, José Luiz. **Modelos de previsão para a exportação das principais commodities brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2311>> Acesso em: 21 ago. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHESTERTON, Gilbert Keith. **Ortodoxia.** São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Privatize já.** São Paulo: Leya, 2012.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Prisioneiro da liberdade**. Belo Horizonte: Soler Editora, 2004.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras**. Rio de Janeiro: Três Estrelas, 2014.

DEAN, Warren. **O Brasil e a luta pela borracha**. São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. **Maggi diz que divulgará nome e dados das empresas citadas na operação carne fraca**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/maggi-diz-que-divulgara-nome-e-dados-de-empresas-citadas-na-operacao-carne>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. **Blairo Maggi afasta servidores envolvidos com fiscalização irregular de carne**. Disponível em: <<http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2017-03/blairo-maggi-afasta-servidores-envolvidos-com-fiscalizacao-irregular-de-carne>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. **Blairo Maggi deve ir aos EUA tratar da suspensão da importação da carne bovina**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/blairo-maggi-deve-ir-aos-eua-tratar-de-suspensao-importacao-de-carne-bovina>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. **Ministro da agricultura vai ao senado explicar denúncias da operação carne fraca**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/ministro-da-agricultura-vai-ao-senado-explicar-denuncias-da-operacao-carne>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

EBC Empresa Brasil de Comunicação. **Apesar de operação da PF, faturamento de exportações de carne bovina sobe 22%**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/apesar-de-operacao-da-pf-faturamento-de-exportacoes-de-carne-bovina-sobe-22>> Acesso em: 20 ago. 2017.

ESPADA, João Carlos. **A Tradição Anglo-Americana da Liberdade**. Lisboa: Principia, 2008. 231 p.

FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **SENAI trará a Florianópolis palestra sobre o Food Defense: A nova regra do Food Safety Modernization Act**. Disponível em: <<http://www4.fiescnet.com.br/ar/institutos-senai/76-institutos-senai/noticias/1150-senai-traz-o-fda-food-and-drug-administration-ao-brasil-para-apresentar-o-food-safety-modernization-act-fsma>> Acesso em: 24 jun. 2017.

FDA, Food and Drug Administration. **What We Do**. Disponível em: <<https://www.fda.gov/AboutFDA/WhatWeDo/default.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

187 p.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Tiranía do status quo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1984.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Milton Friedman e a estrutura monetária: Um debate com os críticos**. Universidade de Chicago:1975, 199 p.

GABRIEL, Dalva. **O bicudo do algodoeiro**. Campinas: APTA, 2016. Disponível em: < http://www.biologico.sp.gov.br/docs/dt/bicudo_algodoeiro.pdf> Acesso em: 23 ago. 2017.

GALBRAITH, John Kenneth. **A economia e o interesse público**. São Paulo: Pioneira, 1988.

GALBRAITH, John Kenneth. **O colapso da bolsa**. São Paulo: Pioneira, 1988.

GARFINKEL, Bernard. **Thatcher**. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

GARSCHAGEN, Bruno. **Pare de acreditar no governo**. Rio de Janeiro: Record, 2015. 320 p.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GIANTURCO, Adriano. **Os vários mitos sobre a corrupção**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2365>>. Acesso em: 17 jun. de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HARSANYI, David. **O estado babá: como radicais, bons samaritanos, moralistas e outros burocratas cabeças-duras tentam infantilizar a sociedade**. Rio de Janeiro: Litteris, 2011.

HEILBRONER, Robert Louis; THURLOW, Lester C. **Entenda a economia: tudo o que você precisa saber sobre como funciona e para onde vai a economia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.

ITAMARATY, Ministério Das Relações Exteriores. **Discurso do Ministro José Serra**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14540-discurso-do-ministro-jose-serra-na-cerimonia-de-anuncio-de-abertura-de-mercado-para-a-carne-bovina-brasileira-palacio-do-planalto-1-de-agosto-de-2016>> Acesso em: 07 Ago. 2017.

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni; TACHINARDI, Maria Helena. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. **Revista USP**, nº64, p. 14-27, dez/fev,

2004/2005. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13387/15205>> Acesso em: 06 jun. 2017.

JORGE, Fauzi Timaco; MOREIRA, José Octávio de Campos. **Economia notas introdutórias**. São Paulo: Atlas, 1990.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. 809 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO, Ubiratan Borges de. **Liberalismo e justiça social**. São Paulo: IBRASA, 1995. 242 p.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução e metodologia científica: caminhos da ciência e tecnologia**. São Paulo: Ática, 2005.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comercio exterior**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997. 422 p.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Institucional**.

Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>> Acesso em 01 set. 2017.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Ministério da Agricultura cancela registros do SIF e estende auditorias a mais estados**.

Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/ministerio-da-agricultura-cancela-registros-sif-e-estende-auditorias-a-mais-estados>> Acesso em 27 abr. 2017.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mudanças no sistema de inspeção são discutidas com setor e servidores**. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/noticias/mudancas-no-sistema-de-inspecao-serao-discutidas-com-setor-e-servidores>> Acesso em 29 set. 2017.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Nota à imprensa**.

Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-1>> Acesso em 27 abr. 2017.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Posição de países que haviam criado embargos à exportação**. Disponível em: <

<http://www.agricultura.gov.br/noticias/doze-paises-que-haviam-adotado-restricoes-a-carne-ja-aceitaram-explicacoes-e-inciativas-do-mapa/tabela-simplificada-2303.pdf/view>> Acesso em 27 abr. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial registra superávit recorde de US\$ 14,4 bilhões no primeiro trimestre**. 2017. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2407-balanca-comercial-registra-superavit-recorde-de-us-14-4-bilhoes-no-primeiro-trimestre>>. Acesso em 01 mai. 2017.

MDIC, Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Barreiras comerciais**. 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/28>. Acesso em 01 mai. 2017.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2017.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. atual. e ampliada. São Paulo: Atlas, 2015.

NASH, Laura L. **Ética nas empresas**. São Paulo: Makron Books, 2001.

NEVES, Renato Baumann; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. 1. ed. rev. e atual Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 408 p.

NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano Thomé e. **Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos**. São Paulo: Atlas, 2003. 365p.

NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006. 152 p.

PACZYK, Rosana. **Setor sucroalcooleiro paranaense: do proálcool ao biodiesel**1. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 6, p. 1-6, 2009.

PINHEIRO, Leandro. **Fortalecimento da cadeia produtiva do setor têxtil**. São Paulo. Editora FGV, 2003. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Leandro_Pinheiro4/publication/303495472_Programa_de_Fortalecimento_da_Cadeia_Produtiva_do_Setor_Textil/links/57456b0108aea45ee8538d79.pdf> Acesso em 23 ago. 2017.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Keynes: Doutrina e Crítica**. Rio De Janeiro: Ohno, 1999.

OLIVO, Nilson. **Mercado mundial de carnes**. Criciúma: Editora UNESC, 2007.

O'REILLY, Bill; DUGARD, Martin. **Ronald Reagan: O atentado, os bastidores e as polêmicas de um dos presidentes mais populares dos EUA**. Rio de Janeiro: Record,

2016.

ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza. **As políticas territoriais rurais e a articulação Governo Federal e Estadual:** Um estudo de caso da Bahia. Brasília : Ipea, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8023/1/As%20pol%C3%ADticas%20erritoriais%20rurais%20e%20a%20articula%C3%A7%C3%A3o%20governo%20federal%20e%20estadual.pdf>> Acesso em 28 ago. 2017.

PASCHOAL, Andressa de Sá. **Economia informal:** desafios ao estabelecimento de padrões de trabalhos decentes. Organização Internacional Do Trabalho, 2013. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/10.-OIT-Artigo.pdf>> > Acesso em 19 set. 2017.

PF, Policia Federal. **Nota à imprensa.** Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/03/nota-a-imprensa-2013-operacao-carne-frac>> Acesso em 19 ago. 2017.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **A questão da regulamentação de profissões.** Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2011>> Acesso em: 17 de Jun. de 2017.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo; BECKER, Grace Vieira; MELLO, Maria Ivone de. **Projetos de estágio do curso de administração:** guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. 20.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional.** São Paulo: Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1978.

SALIBE, Ary Aparecido. **A Tristeza dos Citros.** 2008. Disponível em: <<http://www.agrofit.com.br/portal/citros/54-citros/66-a-tristeza-dos-citros->> Acesso em: 17 de jun. 2017.

SANTOS, José Sousa. **Prepare-se para exportar.** Brasília: JSS Consultoria, 2000.

SARAIVA. **Dicionário da língua portuguesa ilustrado.** São Paulo: Saraiva, 2010.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

SENADO FEDERAL. **Senadores demonstram preocupação com efeitos da Operação Carne Fraca.** Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/20/senadores-demonstram-preocupacao-com-efeitos-da-operacao-carne-frac>> Acesso em: 17 de jun. 2017.

SILVA, André Felipe Cândido da. **Ciência nos cafezais: a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929).** 2006. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6127>> Acesso em 25 ago. 2017.

SILVEIRA, Daniel Claudy; AREND, Silvio Cezar; DEPONTI, Cidonea Machado **Barreiras não-tarifárias (bnt's) e as exportações brasileiras de carne bovina sob a luz da economia política** Santa Cruz Do Sul: Editora UNISC, 2015.

Disponível em: <

<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13335>> Acesso em 12 mai. 2017.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Editora Abril, 1974.

SNA, Sociedade Nacional de Agricultura. **100 anos: confiabilidade do SIF projetou agropecuária brasileira no mundo**. Disponível em: < <http://sna.agr.br/100-anos-confiabilidade-do-sif-projetou-agropecuaria-brasileira-no-mundo/>> Acesso em 20 jun. 2017.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da Silva. **Conversando Sobre Ética e Sociedade**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

TAKEMATSU, Akira P. et al. **Sensibilidade ao Endossulfan da broca do café, Hypothenemus hampei** (Ferrari, 1867)(Coleoptera, Scolytidae) coletadas em algumas regiões do estado de São Paulo. 2003. Disponível em: < <http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/1513>> Acesso em 31 ago. 2017.

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. **Princípios de economia micro e macro**. Curitiba: Ibpex, 2011.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica AGB-TL 1.2 . 2005: 21-42. Disponível em: < <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/viewFile/1339/854>> Acesso em 15 jun. 2017.

TEJON MEGIDO, José Luiz; XAVIER, Coriolano. **Marketing & agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 358 p.

TRUMP, Donald John. **Grande outra vez**. Porto Alegre: CDG, 2017.

VALLONE, Giuliana. **Crise de 1929 atingiu a economia e mudou a ordem política no Brasil**. Disponível em: < <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=27265> >. Acesso em: 10 jul. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

VIEIRA, Maria das Graças. **A ética na profissão contábil**. São Paulo: Thomson,

2006.

WAPSHOTT, Nicholas. **Keynes x Hayek**: as origens e a herança do maior duelo econômico da história. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016

WOLFF, Cristina Scheibe. **A construção da sustentabilidade nos seringais em crise**: uma questão de gênero. Alto Juruá, Acre/Brasil: 1912 a 1943. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, v. 23, 2001. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10720>> . Acesso em: 21 ago. 2017.

